

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

MARIA TERESA VASCONCELOS GUIMARÃES DA COSTA

Lavagem de dinheiro na perspectiva da teoria de Edwin Sutherland

CURITIBA
2016

MARIA TERESA VASCONCELOS GUIMARÃES DA COSTA

Lavagem de dinheiro na perspectiva da teoria de Edwin Sutherland

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Direito da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção de grau de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Placha
Sá.

CURITIBA
2016

À minha mãe Rita, meu maior exemplo de mulher forte, independente e, ao mesmo tempo, infinitamente carinhosa e compreensiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tudo (“Mas, se alguém tem falta de sabedoria, peça a Deus, e ele a dará porque é generoso e dá com bondade a todos.” – Tiago 1:5).

Aos meus amigos e familiares que sempre estiveram presentes, em especial à Paulinha e à Ide.

Ao meu avô Enéas, maior entusiasta e divulgador das minhas pequenas conquistas, com muita saudade.

À minha orientadora, Professora Priscilla Placha Sá, cujas indicações de textos e apontamentos foram essenciais para a elaboração deste trabalho.

Aos meus Professores, em especial à Professora Clara Maria Roman Borges, cuja dedicação nas aulas contribuiu para a confirmação da minha inclinação para a área penal e da minha vontade de seguir uma carreira acadêmica, e aos Professores Rui Carlo Dissenha e Francisco Monteiro Rocha Júnior, em cujas aulas tive a ideia do tema para este trabalho.

Aos meus colegas, principalmente aos queridos Jana, Bibi, Ivie, Pri Jorge, ‘Woody’ Cercal, Ana ‘da Balada’ e Anninha, que deixaram esses cinco anos muito mais leves e cujas amizades quero levar para além das colunas da Santos Andrade.

Aos colegas do PET e à nossa tutora, Professora Eneida Desiree Salgado.

Ao Gilson, de quem ouvi as primeiras palavras sobre direito penal e processo penal, e que me deu a primeira oportunidade de ver na prática essa área complicada, mas apaixonante.

Aos meus companheiros caninos e felinos: Ágata (com saudade), Funny, Jake, Lana e Elvis, que nunca permitiram que eu me sentisse sozinha enquanto estudava, sempre me apoiando silenciosamente (algumas vezes nem tanto).

Por fim, com muito amor, à minha mãe Rita, que além de excelente professora de processo civil e advogada, é também revisora de todos os meus textos, inclusive deste. Eventuais erros são por culpa da minha insistência.

“Money, it's a crime.
Share it fairly but don't take a slice of
my pie.
Money, so they say
Is the root of all evil today.
But if you ask for a raise it's no
surprise that they're giving none
away.”
(Money – Pink Floyd, 1973)

RESUMO

A criminalidade econômica é um dos ramos do direito que vem ganhando cada vez mais espaço na mídia e nas preocupações político-criminais. Em especial no âmbito internacional, um dos maiores destaques é para a lavagem de dinheiro. É importante analisar o crime também sob um ponto de vista criminológico, em especial no que diz respeito à teoria dos crimes de colarinho branco desenvolvida por Edwin Sutherland. O trabalho versa, portanto, sobre os crimes econômicos, em especial a lavagem de dinheiro, sob uma perspectiva criminológica, com foco nos estudos de Sutherland. Num primeiro momento é feita uma abordagem mais geral sobre o direito penal econômico, seu conceito e bens jurídicos tutelados. Ainda, será analisado o crime de lavagem de dinheiro, passando pelas suas características, fases, bem jurídico tutelado, as políticas visando seu combate e sua relação com a criminalidade organizada. Por fim, serão abordadas as teorias desenvolvidas por Sutherland, com foco nos crimes de colarinho branco, procurando verificar a sua relação com a lavagem de dinheiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O DIREITO PENAL ECONÔMICO	10
1.1 O CONCEITO DE DIREITO PENAL ECONÔMICO.....	11
1.2 O BEM JURÍDICO TUTELADO NOS CRIMES ECONÔMICOS.....	16
1.3 O DIREITO PENAL ECONÔMICO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO.....	21
1.4 A SELEÇÃO CRIMINALIZANTE NOS CRIMES ECONÔMICOS.....	24
2. O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	27
2.1 CARACTERÍSTICAS E FASES DA LAVAGEM DE DINHEIRO.....	28
2.2 O BEM JURÍDICO TUTELADO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....	31
2.3 A ALTERAÇÃO PELA LEI Nº 12.683/2012 E OS CRIMES ANTECEDENTES.....	39
2.4 POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO.....	41
2.5 A CRIMINALIDADE ORGANIZADA E A LAVAGEM DE DINHEIRO.....	45
3. LAVAGEM DE DINHEIRO E AS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS	48
3.1 ALGUMAS ABORDAGENS CRIMINOLÓGICAS.....	49
3.2 TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL.....	51
3.3 OS CRIMES DE COLARINHO BRANCO.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá abordar os crimes econômicos, com foco no crime de lavagem de dinheiro, buscando mostrar uma relação entre eles e a teoria de Edwin Sutherland.

É fácil perceber no cenário jurídico brasileiro que, recentemente, os crimes econômicos ganharam muito destaque midiático. Escândalos econômicos, grandes empresários que teriam praticado lavagem de dinheiro e outros crimes econômicos estampam hoje os jornais.

De acordo com a teoria da seleção criminalizante desenvolvida por Zaffaroni, que será abordada no trabalho, boa parte dessa criminalização seria selecionada pelo poder punitivo devido à falta de cobertura, mais comum atualmente por conta do momento de instabilidade política pelo qual passa o país.¹

Dentro do rol de crimes econômicos, um dos que se destaca, tanto pela frequência quanto pelos grandes valores que movimenta, é o de lavagem de dinheiro. Esse crime corresponde ao ato ou à “sequência de atos praticados para mascarar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, valores e direitos de origem delitiva ou contravenacional” cuja finalidade é a de que sejam reinseridos na economia formal tendo aparência de licitude.²

Nesse sentido, serão analisadas algumas características do crime de lavagem de dinheiro. Essa conduta tipificada no nosso ordenamento se dá em um processo extremamente complexo, estando intimamente ligada à criminalidade organizada. Apesar de se tratar de um fenômeno socioeconômico antigo, o delito de lavagem de dinheiro ganhou destaque no cenário jurídico como consequência de uma criminalidade organizada e globalizada, como maior exemplo o tráfico internacional de drogas.

O presente trabalho irá tratar, portanto, dos crimes econômicos, em especial a lavagem de dinheiro, sob uma perspectiva criminológica, com foco

¹ ZAFFARONI, E. Raúl; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 49.

² BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais*. 2 ed. São Paulo: RT, 2013, p. 23.

na teoria de Edwin Sutherland. A criminologia sob a ótica do estudo e explicação da prática delituosa e dos meios de que a sociedade se utiliza para lidar com a criminalidade ³, traz um olhar mais amplo para o objeto de análise e permite uma maior reflexão sobre o tema.

As teorias de Edwin Sutherland foram umas das primeiras a conseguir explicar a criminalidade praticada por pessoas com melhores condições socioeconômicas, que são as principais autoras de crimes econômicos. A criminalidade deixa, assim, de ser atrelada apenas à pobreza, de forma que suas teorias conseguem abarcar os delitos econômicos, dentre os quais se verificará a possibilidade de incluir a lavagem de dinheiro. Por isso, pretende-se neste trabalho analisar essas teorias de forma a demonstrar a sua relação com a criminalidade econômica, visando desenvolver um melhor e mais amplo estudo das formas de como são praticados esses delitos e como o Estado os criminaliza.

³ SHECARIA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2012, p. 35.

1. O DIREITO PENAL ECONÔMICO

Um dos ramos do direito mais comentados na mídia atualmente é o do direito penal econômico. Essa recente popularidade ocorreu em parte devido à divulgação das investigações e processos envolvendo crimes cometidos por grandes empresários e políticos que teriam movimentado quantidade significativa de dinheiro de origem ilícita.

Ganharam grande espaço na mídia nos últimos anos casos como o Mensalão e a Operação Lava Jato. A Ação Penal nº 470 no Supremo Tribunal Federal (STF), conhecida como Mensalão, foi um caso de denúncia de corrupção política envolvendo compra de votos de parlamentares que chamou a atenção da população para crimes praticados por pessoas detentoras de poder político e econômico. Mais recentemente, o foco se voltou para a chamada Operação Lava Jato, que se trata de uma investigação em andamento pela Polícia Federal, considerada pelo Ministério Público Federal “a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve.”⁴

O ramo do direito penal econômico possui importantes diferenças em relação ao direito penal tradicional. Uma delas é que no direito penal econômico, o bem jurídico tutelado não é individual e facilmente identificável, mas supraindividual e de difícil materialização, como ainda será tratado neste capítulo.

O direito penal econômico considerado em seu sentido amplo abrange uma série de crimes, como aqueles contra a ordem tributária, contra a ordem econômica, contra o consumidor e o de lavagem de dinheiro, este último, tema deste estudo. Esse ramo envolve diversas questões interdisciplinares, atingindo temas de direito econômico, empresarial, administrativo e do consumidor, por exemplo.

Tendo isso em vista, tanto seu estudo teórico como sua aplicação prática são tarefas muitas vezes complexas. Além disso, justamente devido a sua amplitude, corre-se o risco da generalização e imprecisão. Por isso, é importante analisar o conceito de direito penal econômico para melhor delimitar sua abrangência.

⁴ Entenda o caso. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 24 de set. de 2016.

1.1 O CONCEITO DE DIREITO PENAL ECONÔMICO

O direito penal econômico ainda não tem uma conceituação precisa e bem delineada pela doutrina. Os estudos nessa área revelam grandes discrepâncias entre os autores.⁵ A unanimidade ocorre em relação ao reconhecimento da existência de uma grave criminalidade contra a ordem econômica e o patrimônio que gera grande dano (extremamente maior do que aquele gerado pela criminalidade convencional), cujos autores são considerados pessoas “respeitáveis” socialmente.⁶

Para restringir o conceito de delito econômico, pondera-se que sua objetividade jurídica deve residir na ordem econômica, cujo bem jurídico protegido é supraindividual. O direito penal econômico refere-se, então, às ações que lesam ou põem em risco certa ordem econômica.⁷

Nesse contexto, estaria também o ‘direito penal dos negócios’, ou seja, uma criminalidade que se dá em meio a uma atividade comercial legítima. Essa espécie de criminalidade estaria ligada ao conceito de crime de colarinho branco desenvolvido por Edwin Sutherland. Afinal, os autores que praticam esses tipos de crimes pertenceriam a uma classe social elevada, atuando no exercício de sua profissão e produzindo danos de grande extensão.⁸

O conceito de crime econômico pode ser, portanto, diretamente relacionado à teoria de Sutherland sobre os crimes de colarinho branco. O criminólogo estadunidense entendia que os chamados crimes de colarinho branco seriam as “violações da lei praticadas por pessoas da classe socioeconômica mais alta”. Mais especificamente, ele definiu crime de colarinho branco como aquele que é praticado por um indivíduo de alto *status* social e grande respeitabilidade no curso de sua atividade profissional.⁹

Direito penal econômico compreenderia, assim, para Heleno Cláudio Fragoso, os crimes contra a ordem econômica e aqueles praticados no

⁵ MONREAL, Eduardo Novoa. Reflexões para a determinação e delimitação do delito econômico. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro, Forense, 1982, p. 90-91.

⁶ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito Penal econômico e Direito Penal dos negócios. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 122.

⁷ Idem, p. 123.

⁸ Idem, p. 124.

⁹ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 33-34.

exercício regular das atividades no âmbito de empresas públicas ou privadas.¹⁰ Trata-se de um conceito que não pode ser analisado de uma forma completamente dogmática ou formal, tendo em vista sua complexidade e perfil de seus autores. É importante levar em conta as teorias sociológicas que estudaram essa espécie de criminalidade, em especial as de Sutherland.

O estudo do direito penal econômico é importante tendo em vista algumas diferenças que guarda com o direito penal tradicional, como é o caso dos bens jurídicos tutelados e questões relativas ao concurso de crimes. Rodrigo Sánchez Rios e Daniel Laufer apontam para o fato de que, no âmbito do direito penal econômico, existe um campo fértil para questionamentos em relação a critérios do concurso impróprio, por exemplo.¹¹

Essa forma de criminalidade não é algo recente. Originalmente, contudo, o sistema penal tratava dos delitos econômicos apenas na sua esfera individual, protegendo bens como a propriedade e o patrimônio. Quando o Estado passou a ter uma função “dirigente”, com uma maior intervenção estatal na economia, surgiu a necessidade de que fossem criminalizadas condutas para além da esfera individual.¹²

Nesse novo contexto, vem a ideia de um bem jurídico supraindividual a ser tutelado pelo direito penal econômico. Assim, o conteúdo econômico do bem jurídico não se restringe a uma noção patrimonial individual. Bens de caráter coletivo, como a ordem tributária, o sistema financeiro, as relações de consumo, o sistema previdenciário e o meio ambiente têm grande relevância social e, por isso, formam uma base para a realização do indivíduo em sociedade.¹³

O poder punitivo não estaria dando uma resposta satisfatória em relação a essa forma de criminalidade. Tratamentos tolerantes ou apenas simbólicos corresponderiam a um fator de desigualdade social. Como possíveis motivos para essa menor rigidez, pode-se apontar a existência de uma política criminal que questiona a necessidade e a legitimidade para a intervenção do direito

¹⁰ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Obra citada, p. 124-125.

¹¹ RIOS, Rodrigo Sánchez; LAUFER, Daniel. Apontamentos a respeito do concurso de crimes e do conflito aparente de normas: a regra do antefato e do pós-fato coapenado no âmbito dos delitos econômicos. In: Alberto Silva Franco; Rafael Lira. (Org.). *Direito Penal Econômico: questões atuais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 195-196.

¹² RIOS, Rodrigo Sánchez. Reflexões sobre o delito econômico e a sua delimitação. In: Revista dos Tribunais. Ano 89, v. 775. São Paulo: RT, 2000, p. 432.

¹³ Idem, p. 433.

penal nessa área, além da própria complexidade das questões econômicas, nas quais é necessário o estudo de noções que ultrapassam os limites do direito penal e entram em outras esferas do direito.¹⁴

Rodrigo Sánchez Rios entende que seria benéfico para o melhor estudo e aplicação prática nos casos envolvendo crimes econômicos se existisse um tratamento uniforme para essa espécie de criminalidade na Parte Especial do Código Penal. O autor afirma que novos tipos penais não iriam prevenir a ocorrência desses crimes. Contudo, como o direito penal não pode ser utilizado como um mero instrumento para política interna, a definição mais precisa de bem jurídico poderia tornar a aplicação das normais penais mais efetiva. O controle penal, assim, não seria direcionado exclusivamente a certas camadas da sociedade.¹⁵

Apesar de o Estado não possuir o monopólio da atividade econômica, não há impedimento para que ele regule a atuação dos agentes econômicos, visando, por meio dessa intervenção, atingir objetivos compatíveis com o Estado do Bem-Estar Social. Não deixa de haver, contudo, controvérsia no que diz respeito ao uso do direito penal no setor econômico. Até mesmo porque, o direito penal clássico não traz respostas satisfatórias para o direito penal econômico em temas como o bem jurídico, o concurso de agentes e a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Sua própria legitimidade pode ser questionada quando se considera sua condição de *ultima ratio legis*.¹⁶

Questiona-se a legitimidade do direito penal para adentrar na esfera econômica com base no princípio da intervenção mínima ou da subsidiariedade. Esse princípio estabelece, como afirma Luiz Regis Prado, “que o Direito Penal só deve atuar na defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à coexistência pacífica dos homens e que não podem ser eficazmente protegidos de forma menos gravosa”.¹⁷

Os crimes econômicos podem trazer grandes consequências negativas à ordem econômica ou financeira, por exemplo. Em um Estado do Bem Estar Social, que possui uma série de compromissos constitucionais com os

¹⁴ RIOS, Rodrigo Sánchez. Reflexões sobre o delito econômico e a sua delimitação. In: Revista dos Tribunais. Ano 89, v. 775. São Paulo: RT, 2000, p. 433.

¹⁵ Idem, p. 434.

¹⁶ Idem, p. 434-435.

¹⁷ PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de direito penal brasileiro*. 14 ed. São Paulo: RT, 2015, p. 117.

cidadãos, como os de proporcionar acesso à saúde e à educação, essas consequências negativas podem significar verdadeiros prejuízos à sociedade. Sendo assim, até o ponto em que indivíduos, além do Estado em si, sofram as consequências dessa espécie de criminalidade, existiria legitimidade para a presença do direito penal na esfera econômica.

O direito penal econômico é um ramo que não possui autonomia científica. Na realidade, como entende João Carlos Castellar, não seria direito penal propriamente dito, mas, a princípio, algo entre o direito administrativo e o das contravenções. Contudo, teria havido uma expansão do direito penal econômico visando tutelar bens jurídicos que antes eram protegidos por outros ramos do direito.¹⁸

Não haveria impedimentos para uma extensão dos limites de atuação do direito penal para além da tutela dos bens individuais. Isso porque ele não teria somente um caráter limitativo (proibitivo), mas também um caráter prospectivo, que visa à concretização dos valores constitucionais, como um instrumento para sua efetivação. Isso faria sentido em um contexto de uma Constituição considerada “dirigente”, como a de 1988, diferentemente das constituições “garantistas”, cujas noções estariam ligadas somente a ideias liberais individualistas. A efetivação dos valores constitucionais por meio do direito penal estaria de acordo com um Estado de direito democrático e social, desde que não se deixem de observar os princípios penais de garantia, como o princípio da intervenção mínima.¹⁹

Os conceitos de direito penal econômico e delito econômico não são claros nem possuem um único significado, especialmente no âmbito do direito comparado. Como exemplo, os *delitos económicos* dos espanhóis, os *business crimes* dos ingleses e os *délits d'affaires* dos franceses não tratariam exatamente do mesmo assunto. Isso dificultaria o desenvolvimento de um pensamento científico que poderia ser enriquecido de uma melhor forma com o intercâmbio de experiências internacionais.²⁰

¹⁸ CASTELLAR, João Carlos. *Direito penal econômico versus direito penal convencional: a engenhosa arte de criminalizar os ricos para punir os pobres*. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 271.

¹⁹ RIOS, Rodrigo Sánchez. Obra citada, p. 437-438.

²⁰ TIEDEMANN, Klaus. *Poder económico y delito*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 9.

Esse ramo do direito conversa diretamente com o direito econômico, que constitui uma área *sui generis*. Isso porque não se limitaria ao direito administrativo, envolvendo assuntos de direito civil e, em especial, de direito empresarial, com o qual sua fronteira de separação vai ficando cada vez mais tênue.²¹

O direito penal econômico é, dentre os ramos de direito penal, aquele que recebe influências mais diretamente das alterações nos quadros políticos econômicos. Em uma economia de mercado, é grande a importância da atividade empresarial. Por isso existiria uma tendência para que o direito penal econômico passasse a ser chamado de direito penal da empresa.²²

Nesse sentido, o direito econômico estaria em uma zona intermediária entre o direito público e o privado. Isso porque abrangeria normas de direito administrativo, tributário e penal, além das normas de direito empresarial e civil, por exemplo. Os crimes econômicos trariam matérias amplas e não uniformes, com naturezas diversificadas.²³

A natureza peculiar dos crimes econômicos, tendo em vista os destinatários da norma, autorizaria a preferência pelas medidas preventivas, com o aprimoramento do sistema. Além disso, João Mestieri entende que deve haver a preferência absoluta às penas pecuniárias nessas sanções criminais, como também às restrições patrimoniais, de privilégios e às prestações de serviços comunitários. Ele acredita que a pena de prisão deveria ficar restrita aos casos em que as violações, pela natureza ou gravidade, sejam praticamente esvaziadas das características de crime econômico. As sanções positivas teriam maior sucesso no âmbito dessa espécie de delito, porque um maior desenvolvimento do poder estatal na perseguição a esse tipo de criminalidade traria, segundo ele, um crescimento do índice de acatamento das normas jurídicas que tratam dessa matéria.²⁴

Décio Franco David afirma que o direito penal econômico deve ser considerado de forma ampla, de modo a possibilitar que se entendam os

²¹ TIEDEMANN, Klaus. *Poder económico y delito*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 9.

²² ARAUJO JUNIOR, João Marcello de. O Direito Penal Econômico. In: *Revista brasileira de ciências criminais*. Ano 7, nº 25. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 1999, p. 151.

²³ MESTIERI, João. Direito Penal Econômico. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 190-191.

²⁴ Idem, p. 194-195.

delitos econômicos não apenas como aqueles dirigidos contra os planos econômicos estatais, mas envolvendo todos os delitos que se relacionam à atividade empresarial e que sejam direcionados contra as leis que dão organização e proteção ao meio econômico.²⁵

De acordo com a teoria anglo-americana mais recente, a ideia de um crime de colarinho branco desempenhado por um autor que é dotado de respeitabilidade e elevado *status* social vai perdendo importância para a peculiaridade do ato em si, seu *modus operandi*, realizado em um contexto profissional de sua atividade econômica.²⁶

De qualquer forma, essas teorias criminológicas, em especial a de Sutherland, aproximam-se dos conceitos da dogmática jurídico-penal quando se compreende que o crime econômico gera prejuízos ou coloca em risco a ordem econômica, além de comprometer os interesses individuais.²⁷ Assim, observando-se a espécie do dano ocorrido no caso concreto e o objeto característico da prática econômica passível de punição na esfera criminal, entra-se na questão do bem jurídico lesionado por essas condutas.

1.2 O BEM JURÍDICO TUTELADO NOS CRIMES ECONÔMICOS

Uma das questões que mais gera dúvidas em relação aos crimes econômicos é a do bem jurídico tutelado nessa espécie de criminalidade. Isso porque o direito penal clássico traz a proteção a bens jurídicos individuais e facilmente individualizados, como a vida, o patrimônio e a liberdade. Nos crimes econômicos, os bens jurídicos não são definidos de forma tão simples.

As necessidades e os direitos dos cidadãos foram aumentando historicamente, gerando também um crescimento das dimensões e da complexidade do Estado. Isso trouxe uma maior demanda para se regulamentarem e protegerem as novas funções que o Estado foi adquirindo. Essa proteção chegou à esfera penal, em especial com o direito penal

²⁵ DAVID, Décio Franco. *Fundamentação principiológica do Direito Penal Econômico: um debate sobre a autonomia científica da tutela penal na seara econômica*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho. 2014, p. 229.

²⁶ TIEDEMANN, Klaus. Obra citada, p. 10.

²⁷ Idem, *ibidem*.

econômico. Afinal, quanto mais complexa é a máquina estatal, maior o número de bens jurídicos a serem tutelados na esfera penal.²⁸

Contudo, é importante lembrar que a proteção desses novos bens jurídicos supraindividuais poderia trazer riscos para os indivíduos. Isso porque inflar o direito de punir do Estado poderia entrar em conflito com a ideia de um direito penal de *ultima ratio*. O crescimento da repressão penal poderia representar uma aproximação a um Estado de Polícia totalitário, completamente oposto ao Estado democrático de direito.²⁹

É bem verdade que as novas funções assumidas pelo Estado são necessárias para a garantia do cidadão. Contudo, embora seja possível criminalizar essas condutas praticadas no âmbito econômico-empresarial, não existe uma obrigatoriedade dessa criminalização, já que seriam apenas auxiliares à garantia do indivíduo.³⁰

A repressão penal, visando auxiliar na garantia dos bens jurídicos que tornam possível que as pessoas conquistem seus objetivos individuais, pode se tornar um instrumento de grande opressão. Por isso, são necessários limites em um Estado democrático de direito. O bem jurídico seria, assim, um dos meios para o controle do *ius puniendi*. Sob uma perspectiva garantista, a função do direito penal seria justamente a da proteção subsidiária de bens jurídicos.³¹

Apesar da falta de clareza do conceito de bem jurídico, ele corresponde às necessidades do indivíduo que vem da experiência concreta da vida. De acordo com o princípio da ofensividade ou da exclusiva proteção de bem jurídico, todo delito deveria lesar ou colocar em risco determinado bem jurídico. Assim, uma das funções do bem jurídico seria a de limitar o direito de punir do Estado. Afinal, em um Estado democrático e social de direito, existe um compromisso do legislador de somente tipificar as condutas que lesionem ou coloquem em perigo um bem jurídico.³²

²⁸ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 285.

²⁹ Idem, p. 286.

³⁰ Idem, p. 286.

³¹ Idem, p. 287.

³² PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e constituição*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2003, p. 44,49,50,60.

Os crimes econômicos abarcam as infrações que lesionam ou colocam em risco os bens jurídicos coletivos ou supraindividuais que fazem parte de um contexto econômico, transcendendo os bens jurídicos individuais. Além disso, também incluiriam os crimes contra o patrimônio já presentes no direito penal clássico nos casos em que eles se dirigem contra patrimônios supraindividuais.³³

O delito econômico não gera por si mesmo uma lesão ou perigo a um indivíduo ou indivíduos determinados, pois o dano que ele provoca não é passível de se quantificar ou singularizar, já que se difunde sobre toda a nação.³⁴

O sentido do bem jurídico como limitador da repressão penal está no fato de que o direito penal deve ter seu papel resumido à proteção dos bens jurídicos, quando estes são lesionados ou colocados em risco. Não pode reprimir simples deveres ou regras de cunho moral. Além disso, o bem jurídico funciona como fundamento para a interpretação e finalidade da norma penal. Isso significa que ele é uma das bases de um direito penal liberal.³⁵

Com o desenvolvimento da sociedade e as novas funções assumidas pelo Estado, sua área de atuação cresceu, de forma que a proteção penal passou a ser direcionada para além dos direitos individuais, como a vida, a liberdade e o patrimônio. Direitos supraindividuais, como a ordem econômica, a ordem tributária e o meio ambiente passaram a ser objeto de proteção penal.³⁶

Em um Estado democrático e social de direito, é necessário que, além de fazer a indicação de um limite mínimo de garantia aos indivíduos, também assumam posturas positivas garantidoras, de prestação daquilo que é essencial ao chamado 'mínimo existencial'. Assim, áreas como saúde, educação e moradia passam a contar com a participação econômica do Estado, o que exige eficientes sistemas econômicos, tributários e bancários. A realização de

³³ TIEDEMANN, Klaus. Obra citada, p. 12.

³⁴ MONREAL, Eduardo Novoa. Reflexões para a determinação e delimitação do delito econômico. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro, Forense, 1982, p. 112.

³⁵ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 288.

³⁶ Idem, p. 291.

um controle nesses sistemas permite acesso a recursos que tornam possível o desenvolvimento da economia e da sociedade.³⁷

A questão que surge é se isso justificaria uma atuação estatal no âmbito penal visando possibilitar essa postura garantidora do Estado. Originalmente, o direito penal teve sua estrutura concebida para uma lógica individual. As próprias teorias da ação trazem dificuldades teóricas para admitir, por exemplo, a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Além disso, haveria um conflito entre essa necessidade de repressão para proteção dos bens jurídicos supraindividuais, visando a coletividade, e a garantia das liberdades individuais e dos direitos fundamentais, própria do direito penal clássico. Contudo, o direito administrativo se mostrou incapaz de evitar, por si só, graves lesões aos bens jurídicos supraindividuais, de forma que foi crescendo a sua proteção no âmbito penal.³⁸

Não pode haver uma renúncia do direito penal atual em relação à proteção dos bens jurídicos supraindividuais. Afinal, as sociedades complexas se organizam por meio de instituições importantes para a vida dos indivíduos, de forma que deve ser feita sua proteção. Contudo, há a ressalva de que isso não significa que deve haver uma equiparação valorativa entre os bens jurídicos coletivos e os individuais.³⁹

Nesse sentido, os bens jurídicos de uma comunidade (sociais, transindividuais ou coletivos) somente podem ser tutelados no âmbito penal quando correspondem a mediadores dos interesses dos indivíduos. Uma das dificuldades para tratar dos bens jurídicos coletivos é o fato da dogmática tê-los deixado de lado, voltando-se para bens jurídicos individuais. Esses são, por natureza, mais facilmente definidos em comparação aos bens jurídicos coletivos, que são mais vagos e de difícil materialização.⁴⁰

Apesar dessa maior dificuldade de conceituação e estudo dos bens jurídicos coletivos, a criminalização dos atos que lesionem ou coloquem em risco esses bens jurídicos é legítima e pode ser necessária. Isso porque a

³⁷ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 292.

³⁸ Idem, p. 293-294.

³⁹ HASSEMER, WINFRIED. *Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. Valência: Tirant lo Blanch, 1999, p. 68

⁴⁰ DIAS, Jorge de Figueiredo. *Temas básicos da doutrina penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, p. 174-175.

Constituição legitimaria a proteção desses direitos sociais e econômicos, além de poder ser necessária sob um ponto de vista de prevenção geral negativa. Além disso, no sentido de promover a obediência à norma, funcionaria também do ponto de vista de prevenção geral positiva, reforçando a obediência à norma por parte do indivíduo e aumentando a credibilidade da ordem jurídica na qual ele está submetido.⁴¹

Nesse sentido, a tutela de bens jurídicos coletivos não estaria em contradição com a perspectiva de um direito penal como *ultima ratio*, nem poderia ser visto apenas como um instrumento de uma política criminal interna. Contudo, isso não corresponderia a uma adoção irrestrita de uma ideia funcional do direito penal.⁴²

É evidente a necessidade trazida pela Constituição de proteção penal no que diz respeito aos direitos humanos, criminalizando condutas como a tortura, o racismo e a escravidão, por exemplo. A questão mais problemática é em relação à repressão de crimes que lesionem bens jurídicos supraindividuais, prejudicando funções do Estado necessárias à efetivação dos valores constitucionais.⁴³

As críticas direcionadas ao direito penal econômico se baseiam em grande parte no fato de que, como afirmou a Escola de Frankfurt, banalizar a repressão penal poderia anular os direitos e garantias do cidadão. Rui Carlo Dissenha entende que essa espécie de criminalização deve existir no limite do necessário, evitando colocar em risco o próprio Estado de direito. Segundo ele, somente nos casos em que há uma materialidade mínima poderia haver criminalização. Assim, a repressão aos crimes econômicos só seria aceitável quando vinculada a alguma lesão que possa ser verificada e materializada.⁴⁴

Somente proteger os bens jurídicos não limita o uso do *ius puniendi*, já que este poderia estipular o alcance que quiser a certo bem jurídico que seja visto como apenas uma norma. Por isso, o direito penal deveria se alinhar também com os valores e princípios constitucionais, como a dignidade da

⁴¹ DIAS, Jorge de Figueiredo. *Temas básicos da doutrina penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, p. 176-177.

⁴² RIOS, Rodrigo Sánchez. Reflexões sobre o delito econômico e a sua delimitação. In: *Revista dos Tribunais*. Ano 89, v. 775. São Paulo: RT, 2000, p. 440.

⁴³ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 297.

⁴⁴ Idem, p. 300-301.

pessoa humana, não deixando de observar a lesão ao bem jurídico. Afinal, como afirma o autor, a exigência de que só haja repressão penal quando houver lesão a um bem jurídico impede a utilização do *ius puniendi* contra ideias e manifestações políticas e sociais que não prejudicam os cidadãos.⁴⁵

Não havendo interesse e utilidade direta aos indivíduos, não haveria justificativa para que um bem jurídico seja protegido na esfera penal. Por outro lado, uma política criminal que visa apenas combater os crimes que lesionam bens jurídicos individuais corresponderia a uma política criminal seletiva, que acaba se destinando somente às camadas mais pobres. A repressão contra crimes que protegem bens jurídicos supraindividuais normalmente atinge uma parcela da população que tradicionalmente não é visada pelo direito penal. A repressão à criminalidade de “colarinho branco” democratizaria o *ius puniendi*.⁴⁶

É importante destacar que levar essas práticas para o âmbito penal não é obrigatório. Caso disponha de outras formas para garantir suas funções de forma eficaz, o Estado deve dar preferência a elas. A construção de modelo administrativo seria mais custoso, até mesmo porque o modelo penal já está pronto. Contudo, tendo como base os princípios da excepcionalidade e de um direito penal mínimo, é necessário que o Estado esgote as possibilidades na esfera administrativa antes da criminalização, respeitando o princípio da *ultima ratio*. Até mesmo porque o direito penal deve ser concebido a partir do indivíduo, visando a garantia do cidadão, e não a partir do próprio Estado. Havendo a evidência de uma proteção do indivíduo, justifica-se a criminalização. Em caso contrário, não.⁴⁷

1.3 O DIREITO PENAL ECONÔMICO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Não sendo o direito penal econômico um ramo delimitado de forma harmoniosa pela doutrina, nem tendo um capítulo único e específico no Código

⁴⁵ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 301-302.

⁴⁶ Idem, p. 303.

⁴⁷ Idem, p. 304.

Penal destinado a ele, deve-se analisar qual é o espaço que ele vem ocupando no ordenamento jurídico brasileiro.

O direito penal tem sido destinado aos pobres e menos favorecidos, que enchem as prisões e constituem a “clientela do sistema”. Haveria uma grande desigualdade no sistema punitivo, já que os dotados de poder econômico ou político estariam acima da lei devido à corrupção e ao tráfico de influências. Segundo Heleno Cláudio Fragoso, o direito penal econômico seria uma ficção, porque estaria permeado pela impunidade de seus autores.⁴⁸

Por outro lado, existe hoje uma tendência política e acadêmica em aumentar a severidade das sanções relativas aos delitos econômicos. Essa “criminalidade dos poderosos” estaria ainda virando um espetáculo midiático (o que é possível perceber na Operação Lava Jato e na Operação Publicano, por exemplo⁴⁹). Como se tivessem sido selecionados para a expiação de todos os outros que praticam esses atos ilícitos, esses executivos ou políticos são tratados como bodes expiatórios e têm sua vida exposta intensamente pela imprensa.⁵⁰

Por isso, é importante verificar como o direito penal econômico encontra espaço no direito brasileiro. Fragoso afirmou, em 1982, que as leis que tratam do assunto eram, em geral, mal feitas, repletas de lacunas e desatualizadas. Assim, ele entendia que seria assegurada uma impunidade dos que fazem parte da classe dominante, não sendo eles os destinatários do direito penal.⁵¹

No estudo do direito penal econômico com base na Constituição da República, os seus art. 225, § 3º e 173, § 5º autorizam, segundo Paulo César Busato, a responsabilidade penal das pessoas jurídicas no que diz respeito aos crimes contra o meio ambiente, contra a economia popular e contra a ordem econômica e financeira.⁵²

⁴⁸ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito Penal econômico e Direito Penal dos negócios. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 125.

⁴⁹ A Operação Publicano se trata de uma investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco-MP) de um esquema de corrupção dentro da Receita Estadual do Paraná.

⁵⁰ CASTELLAR, João Carlos. Obra citada, p. 102-104.

⁵¹ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito Penal econômico e Direito Penal dos negócios. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 127.

⁵² BUSATO, Paulo César; GUARAGNI, Fábio André. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica: fundamentos criminológicos, superação de obstáculos dogmáticos e requisitos legais do interesse e benefício do ente coletivo para a responsabilização criminal*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 62.

A Lei da Economia Popular (Lei nº 1.251, de 1951) teria sido relegada ao esquecimento, não havendo um mecanismo eficaz de repressão dos delitos contra a economia popular. Ainda segundo ele, o art. 177 do Código Penal, que trata dos crimes envolvendo “fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações”, não teria acompanhado as exigências da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 (Lei nº 6.404/1976), trazendo uma série de incongruências.⁵³ Hoje, a Lei nº 11.101, de 2005 (a nova Lei de Falências) traz um capítulo destinado às disposições penais, com os crimes de fraude a credores.

Já os crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo estão previstos na Lei 8.137, de 1990. Essa matéria está presente na Constituição da República em seu art. 145 e seguintes. A tutela penal da ordem tributária se justificaria pela natureza supraindividual do bem jurídico. Isso porque os recursos provenientes das receitas tributárias possibilitariam a realização das atividades cujo objetivo é o atendimento das necessidades sociais.⁵⁴

No que diz respeito à responsabilização penal relativa no âmbito das relações de consumo, Priscilla Placha Sá afirma que sua base está na Constituição de 1988, no Código de Defesa do Consumidor de 1990 e na Lei nº 8.137, de 1990. Essa última traz um rol extenso de condutas tipificadas por atentarem contra o consumidor ou contra as relações de consumo. Sendo considerável vulnerável, o consumidor teria a proteção, para além do direito civil e administrativo, também do direito penal. Essa proteção pela seara penal teria sido possível pela consideração (não unânime) do consumidor e das relações de consumo como bem jurídicos supraindividuais.⁵⁵

Em relação à propriedade industrial, a Lei nº 9.279, de 1996, traz, em seu Título V, os crimes contra a propriedade industrial. Abrange os crimes contra as patentes, contra os desenhos industriais, contra as marcas, cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda, contra indicações geográficas e demais indicações e de concorrência desleal.

⁵³ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito Penal econômico e Direito Penal dos negócios. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 127-128.

⁵⁴ PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 261.

⁵⁵ SÁ, Priscilla Placha. *Responsabilidade pelo produto*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2005, p. 13, 90, 170.

Pode-se perceber uma especialização da criminalização econômica com os exemplos acima, podendo ser citadas ainda a Lei contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492, de 1986) e a Lei de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores (Lei nº 9.613, de 1998), que foi alterada em grande parte pela Lei nº 12.683, de 2012, como ainda será abordado neste trabalho.

Fica clara a proposta repressiva em relação aos crimes econômicos. Afinal, ampliou-se significativamente o número de condutas tipificadas no sistema penal brasileiro. Tendo apoio na Constituição de 1988, houve um adensamento das normas do âmbito penal, com uma série de leis que regulam (ou tentam regular) a atuação do mercado pela via criminal.⁵⁶

1.4 A SELEÇÃO CRIMINALIZANTE NOS CRIMES ECONÔMICOS

Para melhor compreender como se dá o processo de criminalização no âmbito dos delitos econômicos, é importante analisar a teoria da seleção criminalizante desenvolvida por Zaffaroni.

A criminalização corresponde à seleção penalizante, que se dá quando o Estado seleciona um número reduzido de indivíduos para serem submetidos à sua coação visando impor-lhes uma pena. Essa seleção seria o resultado da gestão de um conjunto de ‘agências’ que compõem o sistema penal.⁵⁷

Esse processo seletivo de criminalização ocorre em duas etapas: a criminalização primária se daria com a elaboração de leis penais, enquanto a criminalização secundária seria a punição exercida sobre pessoas concretas. Assim, a criminalização primária representa um primeiro passo na seleção, mas ainda com certo grau de abstração. A seleção é concretizada com a criminalização secundária. Suas agências possuem a incumbência da decisão de quem são os indivíduos criminalizados e também as vítimas potenciais protegidas.⁵⁸

A regra geral da criminalização secundária seria a da seleção por fatos grosseiros, fáceis de detectar, e de pessoas que causem menos problemas,

⁵⁶ DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013, p. 295.

⁵⁷ ZAFFARONI, E. Raúl; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 43.

⁵⁸ Idem, p. 43-44.

tendo em vista sua falta de acesso ao poder político e econômico. Nesse sentido, o princípio da igualdade, previsto no art. 5º da Constituição da República seria passível de violação não somente quando a lei faz distinção entre as pessoas, mas também quando a autoridade pública aplica a lei de forma distinta ou arbitrária.⁵⁹

Nesse sentido, os atos mais grosseiros praticados por indivíduos que não possuem acesso positivo à comunicação social seriam divulgados por esta como os 'únicos delitos' e aqueles que os praticam como os 'únicos delinquentes'. Esses seriam estereotipados no imaginário coletivo. Assim, o estereótipo seria o principal critério seletivo da criminalização secundária. Por isso, a seleção criminalizante secundária de acordo com o estereótipo condicionaria o funcionamento das agências do sistema penal, fazendo com que ele seja inoperante para as demais clientelas.⁶⁰

Assim, o sistema penal seria inoperante perante os delitos do poder econômico ou os crimes de colarinho branco, além dos crimes de terrorismo e nos casos excepcionais em que ocorre a seleção de alguém que não se encaixa no padrão.⁶¹

A seleção criminalizante do poder punitivo se dá basicamente de três formas: com a criminalização conforme ao estereótipo, com a criminalização por comportamento grotesco ou trágico, ou com a criminalização devida à falta de cobertura.⁶²

A criminalização conforme ao estereótipo ocorre quando o indivíduo se enquadra em um estereótipo criminal e se torna vulnerável, praticando atos ilícitos 'toscos' induzidos pelos valores negativos associados ao estereótipo. Já a criminalização por comportamento grotesco ou trágico ocorre quando alguém que não se enquadra no estereótipo age com extrema brutalidade, o que o torna vulnerável, como os autores de homicídios dentro do contexto familiar, por exemplo.⁶³

No que diz respeito aos delitos econômicos, a terceira forma é a mais relevante: a criminalização devida à falta de cobertura. Essa ocorre quando um

⁵⁹ ZAFFARONI, E. Raúl; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Obra citada, p. 46.

⁶⁰ Idem, p. 47.

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, p. 49.

⁶³ Idem, p. 49.

indivíduo, de forma muito excepcional, encontrando-se em uma posição que o deixava praticamente invulnerável ao poder punitivo, acaba perdendo seu poder hegemônico e passa a se encontrar em uma posição de vulnerabilidade.⁶⁴

Uma pessoa é atingida pelo poder punitivo por estar em uma situação de vulnerabilidade, ou seja, na posição concreta de risco criminalizante em que o indivíduo se coloca. Aqueles que não se enquadram em um estereótipo necessitam realizar um esforço significativo para se colocarem em uma situação de risco criminalizante, porque seu estado de vulnerabilidade era, a princípio, relativamente baixo.⁶⁵

A criminalidade econômica está inserida nesse cenário. Seus autores são comumente pessoas que fogem do estereótipo criminal tradicional, possuindo baixíssimo estado de vulnerabilidade em relação ao poder punitivo estatal. A seleção criminalizante nesses casos ocorre na maioria das vezes devido à falta de cobertura. Indivíduos que praticavam atos ilícitos na esfera econômica e empresarial não eram vulneráveis porque contavam com uma proteção devido ao seu poder financeiro e muitas vezes também político. Contudo, quando perdem esse *status*, seja por uma situação de crise econômica ou por alterações nos quadros políticos, passam a se encontrar em uma situação de vulnerabilidade ao poder punitivo. Seriam, então, esses os casos que envolvem crimes econômicos que chegam ao conhecimento da sociedade, deixando de revelar os atos ilícitos praticados quando em um contexto de invulnerabilidade devido à cobertura pelo *status* de poder em que esses autores se encontram.

⁶⁴ ZAFFARONI, E. Raúl; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Obra citada, p. 49.

⁶⁵ Idem, p. 49-50.

2. O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO

Um dos crimes econômicos mais evidência atualmente é o de lavagem de dinheiro. Seja por conta do destaque midiático que recebe com a Operação Lava Jato, seja pela expressividade dos valores que movimenta e a complexidade de sua organização, que torna difícil a sua investigação, muito se vem discutindo sobre algumas características da lavagem de dinheiro.

A lavagem de dinheiro corresponde ao “ato ou a sequência de atos praticados para mascarar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, valores e direitos de origem delitiva ou contravencional, com o escopo último de reinseri-los na economia formal com aparência de litude”.⁶⁶ É, portanto, um processo no qual bens são afastados de sua origem ilícita visando sua reinserção no meio financeiro ou comercial de forma que aparentem serem lícitos.

A expressão ‘lavagem de dinheiro’ surgiu quando as autoridades estadunidenses descreveram o método de exploração de máquinas de lavar roupas automáticas utilizado pela máfia nos anos de 1930 para justificar a origem ilícita dos bens.⁶⁷ O desenvolvimento da lavagem de dinheiro se deu principalmente por conta da globalização ou internacionalização da economia, aliada ao processo tecnológico e da comunicação. Assim, a quebra das barreiras entre países no setor financeiro não trouxe apenas as vantagens nas transações internacionais mais céleres, mas também possibilitou uma expansão e aperfeiçoamento da lavagem de dinheiro.⁶⁸

A globalização trouxe uma maior liberdade de circulação de capitais entre países que facilitou a prática da lavagem de dinheiro. Apesar de seus efeitos benéficos, um mundo globalizado expandiu alguns problemas criminais, facilitando com que a criminalidade ultrapassasse fronteiras.⁶⁹ A maior dificuldade de rastreamento dos valores em outros países e a existência dos

⁶⁶ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais*. 2 ed. São Paulo: RT, 2013, p. 23.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 365.

⁶⁹ BIJOS, Leila; ALMEIDA, Marcio José de Magalhães. A globalização e a “lavagem” de dinheiro: medidas internacionais de combate ao delito e reflexos no Brasil. In: *Revista CEJ*, Ano XIX, n. 65. Brasília, 2015, p. 95.

chamados 'paraísos fiscais' fez com que a lavagem de dinheiro encontrasse um campo fértil no ambiente internacional.

A partir dos anos de 1980 a lavagem de dinheiro ganhou maior atenção internacional pelo fato de se ter percebido sua relação direta com a articulação do crime organizado, em especial o tráfico de drogas. Foi necessária uma mudança da perspectiva político-criminal devido ao desenvolvimento de grupos criminosos nesse setor. A organização empresarial dentro da criminalidade fez com que as quadrilhas passassem a ser estruturadas, hierarquizadas e globalizadas, o que as tornou imunes à repressão tradicional.⁷⁰

Pelo fato de possuírem como característica a impessoalidade, a prisão dos integrantes dessas entidades criminosas passou a ser irrelevante. Isso ocorreu porque tanto era possível haver a continuidade da hierarquia do comando de dentro da prisão, quanto pela própria fungibilidade de seus membros, que em certos casos podem ser substituídos facilmente. Além disso, organizações sofisticadas tornaram possível que fosse acumulado um grande capital que retroalimenta a estrutura, desenvolve eficientes redes para atividades relacionadas ao negócio, também cooptando autoridades públicas em diversos setores, utilizando-se de alianças e corrupção.⁷¹

Tendo isso em vista a utilização dos meios tradicionais de repressão se mostrou ineficaz. Sendo o dinheiro a essência da organização criminosa, percebeu-se que o seu combate deve ocorrer a partir do confisco dos valores que sustentam a sua estrutura. Uma política criminal eficiente deveria iniciar com o rastreamento dos bens que têm origem nos atos infracionais e sustentam as atividades criminosas.⁷²

2.1 CARACTERÍSTICAS E FASES DA LAVAGEM DE DINHEIRO

A execução do crime de lavagem de dinheiro envolve uma complexa organização de seus atores, podendo ser extraídas algumas características próprias desse tipo penal. Sua prática costuma ocorrer em diferentes fases

⁷⁰ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 24.

⁷¹ Idem, ibidem.

⁷² Idem, ibidem.

desde a fonte ilícita dos bens e valores até se chegar ao objetivo de realizar a sua reinserção na economia formal.

A prática de uma infração penal, com o surgimento do capital ilícito, é o antecedente necessário do processo de lavagem de dinheiro, que tem início com a ocultação dos valores ilicitamente aferidos. Ele é desenvolvido nas várias operações seguintes que visam dissimular a origem dos bens, sendo finalizado com a reinserção do capital na economia formal com a aparência de licitude.⁷³

Dessa forma, são ao menos três as fases do processo completo de lavagem de dinheiro: a ocultação, a dissimulação e a integração dos bens à economia formal. Ou, como outros autores preferem, a colocação (*placement*), a dissimulação ou circulação (*layering*) e a integração (*integration*).⁷⁴ Contudo, é comum que a delimitação dessas fases não possa ser precisamente determinada. Muitas vezes ocorre a sobreposição entre as etapas do delito. De qualquer maneira, a lavagem de dinheiro não deixa de ser um processo que visa o ato final de integração do capital à economia lícita.⁷⁵

A ocultação, primeira fase do processo de lavagem, é o movimento inicial no distanciamento do valor de sua origem ilícita. Como exemplos da ocultação, tem-se o depósito ou movimentação dos valores obtidos pela prática criminosa em fragmentos, ou seja, em pequenas quantias que não chamem a atenção das autoridades; a conversão dos bens ilícitos em moeda estrangeira; o depósito dos bens em contas de terceiros ('laranjas'); a transferência dos bens para outros países; e ainda o envio dos valores para centros de atividades lícitas sem controles rígidos de despesas e receitas, como estabelecimentos comerciais que lidam com bens de baixo valor (postos de gasolina e padarias, por exemplo), ou que lidam com grande movimentação de dinheiro (como os cassinos), para posteriormente ser realizada a reciclagem.⁷⁶

A próxima etapa é o mascaramento ou dissimulação do capital, que se caracteriza pela utilização de transações comerciais ou financeiras após a ocultação, que contribuem para o afastamento dos bens de sua origem criminosa. É comum que sejam realizadas várias operações em instituições

⁷³ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 25.

⁷⁴ MORO, Sérgio Fernando. *Crime de lavagem de dinheiro*. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 22.

⁷⁵ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 25-26.

⁷⁶ Idem, p. 26.

financeiras ou bancárias e mobiliárias, que estejam localizadas em diferentes países, principalmente nos chamados 'paraísos fiscais', que dificultam o rastreamento dos bens. Como exemplos da dissimulação, tem-se o envio dos valores já convertidos em moeda estrangeira para o exterior via cabo, o repasse dos valores convertidos em cheque de viagem ao portador com troca em outro país e ainda as transferências eletrônicas.⁷⁷

A terceira etapa, da integração, corresponde ao ato final da lavagem de dinheiro, e se dá com a introdução dos bens na economia formal com aparência de licitude. Assim, os ativos de origem delituosa, já tendo sido 'lavados' nas complexas operações citadas, são reciclados em simulações de negócios lícitos. Essa etapa pode ocorrer, por exemplo, com as transações de importação e exportação com preços altos ou subfaturados, empréstimos de regresso ou ainda a compra e venda de imóveis com valores diferentes daqueles de mercado.⁷⁸

Não se exige que esse ciclo seja completo para a tipicidade da lavagem de dinheiro pela legislação nacional. Assim, não é preciso que haja a integração do capital sujo à economia lícita para a tipicidade penal. A consumação da primeira etapa, a ocultação, já é o bastante para a materialidade delitiva, incidindo pena igual àquela que se aplica à dissimulação e à integração.⁷⁹

Contudo, existe um elemento subjetivo que permeia todas as etapas do crime de lavagem, que é a vontade de lavar o capital, de reinseri-lo na economia formal com aparência lícita. Isso significa que no plano objetivo é suficiente apenas a ocultação dos bens para que seja caracterizado o crime de lavagem de dinheiro, mas no plano subjetivo é preciso que haja a intenção de reciclar os bens, a vontade de completar as etapas da lavagem.⁸⁰

⁷⁷ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 26-27.

⁷⁸ Idem, p. 27.

⁷⁹ Idem, ibidem.

⁸⁰ Idem, ibidem.

2.2 O BEM JURÍDICO TUTELADO NO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO

Como já foi mencionado, a questão do bem jurídico no âmbito da criminalidade econômica traz uma série de dúvidas doutrinárias e ainda é um conceito cuja definição é extremamente complexa e não unânime. Isso é ainda mais perceptível e problemático no caso do crime de lavagem de dinheiro.

Mesmo que o conceito de bem jurídico seja muitas vezes não tão preciso, ainda possui grande relevância dogmática. No caso da lavagem de dinheiro, identificar o bem jurídico que é protegido pela norma penal influencia diretamente a definição da natureza do crime, de seus elementos, da abrangência do tipo e da extensão dos elementos subjetivos do tipo. Questões que dizem respeito a concurso de normas e à incidência do *bis in idem*, por exemplo, muitas vezes só poderão ser sanadas com a definição do bem jurídico tutelado.⁸¹

A natureza do bem jurídico protegido é um dos temas mais polêmicos dentro da análise do crime de lavagem de dinheiro. Existem diferentes entendimentos na doutrina a esse respeito. São três as principais correntes: uma que entende que o bem jurídico lesado seria o mesmo do crime antecedente; outra que coloca o bem jurídico tutelado como sendo a Administração da Justiça; e, ainda, a corrente que coloca a ordem econômica como bem jurídico protegido na tipificação do crime de lavagem de dinheiro.⁸²

A atenção internacional para o crime de lavagem de dinheiro teve início com a preocupação em especial com o combate ao tráfico de drogas. Por isso, havia a noção de que o bem jurídico tutelado era a saúde pública, ou seja, diretamente relacionada ao crime antecedente. Posteriormente, com a ampliação do rol de crimes antecedentes, outras infrações passaram a fazer parte desse rol além do tráfico de drogas. Assim, passou a existir a ideia de que o objeto de tutela normativa deveria abranger todos os bens jurídicos que fossem afetados pelos crimes anteriores à lavagem de dinheiro.⁸³

⁸¹ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 50-51.

⁸² Idem, p. 51-52, 55-56.

⁸³ Idem, p. 52.

Esse é o posicionamento dos que entendem que o bem jurídico tutelado seria o mesmo que o do crime antecedente. Esse posicionamento se encaixa com a existência de uma legislação que prevê um rol detalhado e exaustivo de delitos antecedentes à lavagem de dinheiro.⁸⁴ É importante ressaltar, contudo, que a Lei 12.683/2012 eliminou o rol de crimes antecedentes da Lei de Lavagem de Dinheiro. Não existe mais, portanto, uma enumeração exaustiva de delitos antecedentes.⁸⁵

São várias as críticas destinadas a esse posicionamento doutrinário. Uma delas diz respeito à legitimidade da criminalização de um comportamento que está ligado a um bem jurídico que já foi lesionado por uma conduta anterior. Afinal, caracterizaria um *bis in idem* punir um segundo crime com o fundamento na lesão do mesmo bem jurídico do crime antecedente. Até mesmo porque, criminalizar a lavagem de dinheiro não teria foco no crime anterior, mas sim na afetação futura de bens jurídicos similares. Seria o argumento de que, nesse caso, a incidência da normal penal teria a natureza de prevenção geral negativa. O raciocínio seria o de que, com a aplicação da pena seria evitado que o dinheiro fosse utilizado para novos crimes.⁸⁶

Outra crítica está relacionada com o desenvolvimento da política criminal de combate à lavagem de dinheiro. O enfrentamento dessas condutas tem como estratégia principal a progressiva autonomia da categoria do delito de lavagem, com o objetivo de evitar que os problemas na apuração do delito antecedente contaminem a persecução pelas práticas de encobrimento dos valores dele procedentes. Isso pode ser percebido no art. 2º, § 1º, da Lei 9.613/1998, o qual determina que “A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente”. Dessa forma, essa autonomia da lavagem de dinheiro não seria compatível com a ideia de mesmo bem jurídico tutelado.⁸⁷

⁸⁴ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 52.

⁸⁵ ARAS, Vladimir. *A investigação criminal na nova lei de lavagem de dinheiro*. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4671-A-investigao-criminal-na-nova-lei-de-lavagem-de-dinheiro>. Acesso em: 31 de jul. de 2016.

⁸⁶ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 52-53.

⁸⁷ Idem, p. 53.

Outra crítica aborda o problema da proporcionalidade da pena. Afinal, com a nova Lei de Lavagem, todos os delitos podem ser antecedentes, desde os mais graves (como o tráfico de drogas) até os mais leves (como o furto). Assim, se o bem jurídico tutelado fosse o mesmo do delito antecedente, não haveria legitimidade na condenação à mesma pena para aquele que lavou dinheiro decorrente extorsão mediante sequestro e para aquele que também praticou lavagem de dinheiro, mas decorrente de uma rifa, por exemplo. Assim, a fase de fixação da pena não seria apta na correção das distorções de proporcionalidade da pena que decorrem da qualidade distinta do bem jurídico lesionado.⁸⁸

Não seria correto o entendimento de que o bem jurídico tutelado pelas normas de lavagem seja o mesmo daquele que foi lesionado pelo crime antecedente. É necessário que haja uma relação entre os delitos, mas os bens protegidos são materialmente diferentes. Portanto, o crime de lavagem de dinheiro possui autonomia, tendo sua punição em concurso material com o crime antecedente legitimada, nas situações de mesma autoria, além da fixação da mesma pena para todas as condutas de lavagem, independentemente do crime antecedente.⁸⁹

Outro entendimento doutrinário é aquele que entende que o bem jurídico lesionado pelo crime de lavagem de dinheiro é a Administração da Justiça. Isso teria como base a noção de que a lavagem afeta a capacidade da Justiça nas suas atividades de investigar, processar, julgar e recuperar o produto do crime. A lavagem não lesiona o bem jurídico do delito antecedente, mas põe em risco a atuação e credibilidade da Justiça ao obstruir o rastreamento dos bens de origem ilícita pelas autoridades públicas.⁹⁰

Esse entendimento, apesar de dar maior autonomia para a lavagem, ainda deixa uma conexão entre ela e o delito antecedente. Afinal, o objetivo da tutela penal é a garantia dos instrumentos para apurar e julgar os delitos anteriores e recuperar o seu produto. Esse posicionamento superaria a vedação do concurso material nas situações de identidade de agentes do crime antecedente e da lavagem de dinheiro ('autolavagem'), já que se trata de bens

⁸⁸ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 54.

⁸⁹ Idem, p. 54-55.

⁹⁰ Idem, p. 55.

jurídicos diferentes. Além disso, admite-se a uniformidade de penas, já que o bem jurídico tutelado seria a administração da justiça, independentemente do delito antecedente.⁹¹

Essa noção não está imune a críticas. Existem aqueles que defendem que os crimes contra a Administração da Justiça exigem o dolo de afetar o funcionamento da Justiça, o que não seria observado na intensão direta do autor da lavagem, em que o lucro seria o objetivo principal. Bottini faz a ressalva de que nem sempre a finalidade do agente é afetar o funcionamento das instituições judiciais nos crimes contra a Administração da Justiça. O que existiria, inclusive na lavagem de dinheiro, é a busca pelos seus objetivos através da afetação com consciência e voluntariedade do sistema da Justiça, sendo isso suficiente para que se materialize o elemento subjetivo do tipo penal.⁹²

Por fim, outro posicionamento nessa temática é aquele segundo o qual o bem jurídico lesionado na lavagem de dinheiro é a ordem econômica. Nesse sentido, as condutas visando a ocultação, encobrimento e reciclagem dos bens de origem ilícita seriam tipificadas pelo fato de representarem uma desestabilização econômica. Isso porque esse capital ilícito afetaria a livre iniciativa, a concorrência e as relações de consumo, prejudicando o funcionamento da economia formal e o equilíbrio entre seus agentes.⁹³

Esse entendimento reforça a autonomia da lavagem de dinheiro, fazendo com que seja quase que totalmente desvinculada do delito de origem. O que existe é uma relação entre eles, no sentido de que o impacto da lavagem de dinheiro na ordem econômica existe por conta da origem criminosa dos bens envolvidos, que trazem um desequilíbrio para as forças do mercado. Contudo, a diferença entre os bens jurídicos afetados é nítida, ainda mais nesse posicionamento doutrinário.⁹⁴

Ao entender que o bem jurídico tutelado na lavagem de dinheiro seria a ordem econômica, faz com que haja legitimidade na punição em concurso material do crime antecedente e da lavagem, nos casos em que são praticados pelo mesmo agente, evitando a caracterização do *bis in idem*. Além disso, esse

⁹¹ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 55.

⁹² Idem, p. 56.

⁹³ Idem, p. 56-57.

⁹⁴ Idem, p. 57.

entendimento, da mesma forma que o anterior, está de acordo com a tendência legislativa de ampliação do rol de crimes antecedentes (a legislação brasileira, inclusive, extinguiu o rol taxativo). Até mesmo porque, sendo o bem jurídico tutelado a ordem econômica, não há motivo para fixar um rol taxativo de crimes antecedentes. Afinal, o prejuízo para o funcionamento da economia será o mesmo se o crime antecedente for tráfico de drogas ou roubo, por exemplo. O que é relevante é a origem ilícita dos valores e sua utilização na economia formal. A diferença relevante do ponto de vista material dirá respeito ao montante desses valores, sendo significativos ou não para atingir o equilíbrio econômico.⁹⁵

Dentro da perspectiva da tutela da ordem socioeconômica no crime de lavagem de dinheiro, esse bem jurídico não se distanciaria dos bens jurídicos individuais. Não haveria um interesse em si mesmo, de titularidade do Estado, mas de um bem jurídico supraindividual que agrega interesses individuais. Eles consistiriam no direito dos cidadãos de poder atuar em um sistema econômico de acordo com o previsto na Constituição da República, preservando a livre iniciativa, a livre concorrência e licitude dos bens em tráfico.⁹⁶

Quando o entendimento é o de que o bem jurídico tutelado no crime de lavagem é o mesmo do delito anterior, faz sentido a existência de um rol taxativo de crimes antecedentes. Contudo, quando a ordem econômica é colocada como o bem jurídico afetado pela lavagem de dinheiro, a ideia da desvalorização está no ingresso dos bens na economia formal, e não naquilo que foi causado pela infração antecedente.⁹⁷

Bottini ainda traz algumas críticas que são dirigidas a esse posicionamento. Segundo ele, há quem defenda que falta precisão na conceituação de ordem econômica. Assim, a fluidez do bem jurídico prejudicaria sua capacidade de orientação da interpretação judicial, afetando a função de limite negativo à produção e aplicação da norma penal. Isso porque fluidez do conceito de ordem econômica poderia levar a excessos na aplicação da norma no caso concreto. Bottini rebate essa crítica, defendendo que não se

⁹⁵ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 57.

⁹⁶ LAUFER, Christian. *Da lavagem de dinheiro como crime de perigo: o bem jurídico tutelado e seus reflexos na legislação penal brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012, p. 151-152.

⁹⁷ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 58.

pode negar a capacidade do conceito de ordem econômica de orientar a aplicação da lei e sua legitimidade para configurar bem jurídico passível de proteção. Além disso, não se trata de um valor estranho ao ordenamento jurídico, sendo o termo ordem econômica previsto na Constituição da República como valor referencial (art. 109, VI, 170 e 173, § 5º, da CR/1988).⁹⁸

Ainda existiram aqueles que colocam o bem jurídico afetado pela lavagem de dinheiro como a livre concorrência. Isso porque os valores de origem ilícita afetariam a igualdade de condições para a competição no mercado, já que não sofre com a tributação, por exemplo.⁹⁹

Outros, por sua vez, entendem que a ordem econômica não é o bem jurídico lesionado pela lavagem, porque o ingresso desses valores na economia formal poderia colaborar com o desenvolvimento econômico. Isso se relaciona com a ideia de *pecunia non olet*, ou seja, o dinheiro não seria um mal, independente de sua origem. Bottini discorda desse pensamento, defendendo que esse capital de origem ilícita afeta a livre iniciativa e a livre concorrência, elementos base da ordem econômica constitucional (art. 170, IV, da CR/1988). Esses valores não possuem lastro na economia formal, sendo livres de impostos, do ônus da legislação trabalhista e dos demais encargos.¹⁰⁰

Outro entendimento é o de que a criminalização da lavagem de dinheiro não visa a proteção de nenhum bem jurídico, cumprindo somente uma função simbólica.¹⁰¹ Dentro dessa perspectiva, a criminalização da lavagem de dinheiro poderia ser considerada equivocada, caracterizando uma expansão indevida do direito penal. Contudo, ao entender que a lavagem de dinheiro não seria prejudicial à ordem econômica, porque incidiriam tributos sobre os valores reinseridos no mercado formal, deixa-se de lado o fato de que a ordem econômica é mais ampla que a ordem tributária, sendo afetados outros aspectos da economia, como a livre concorrência, por exemplo.¹⁰²

O posicionamento de Bottini, defendido em sua obra *Lavagem de Dinheiro*, em coautoria com Gustavo Henrique Badaró, é o de que a lavagem

⁹⁸ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 58.

⁹⁹ Idem, p. 59.

¹⁰⁰ Idem, ibidem.

¹⁰¹ SANTOS, Filipe André Borcat Luiz dos Santos; VIANA, Thiago da Silva. O bem jurídico tutelado pelo crime de lavagem de capitais. In: *Jus Societas*. Nº 11, 2014, p. 44.

¹⁰² LAUFER, Christian. *Da lavagem de dinheiro como crime de perigo: o bem jurídico tutelado e seus reflexos na legislação penal brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012, p. 110.

de dinheiro, da maneira que é prevista na legislação brasileira, teria como bem jurídico tutelado a administração da Justiça. Para Bottini, o que diferencia valores de origem lícita e de origem ilícita inseridos na economia é a capacidade de prejudicar o funcionamento da Justiça. A ocultação dos bens na lavagem de dinheiro prejudicaria seu rastreamento, colocando em risco a administração da Justiça, mesmo que não afete o funcionamento da economia. Em relação ao art. 1º, § 2º, da Lei 9.613/1998, segundo o qual a mera utilização na atividade econômica seria criminalizada, mesmo sem qualquer ato de obstrução da Justiça, Bottini propõe uma interpretação teleológica. Nesse sentido, poderia ser aplicada a norma quando o uso do bem estivesse acompanhado de uma vontade de mascarar os bens.¹⁰³

Segundo Bottini, a ordem econômica pode ser lesionada pela lavagem de dinheiro, mas isso não seria necessário para que ela esteja caracterizada. Para ele, a utilização dos valores de origem ilícita que afete a ordem econômica seria irrelevante se não houver um ato de ocultação ou mascaramento que prejudique o funcionamento regular da administração da Justiça. Bottini ainda critica a ideia de uma pluriofensividade, ou seja, de considerar que a lavagem de dinheiro lesiona tanto a administração da Justiça quanto a ordem econômica. Isso porque, para ele, retiraria “a força dogmática da determinação do bem jurídico especificamente tutelado”, esvaziando o conteúdo teleológico da norma, o que seria relevante na limitação da atuação do intérprete.¹⁰⁴

Importante ressaltar que sob uma perspectiva de política criminal, essa escolha do legislador, no entendimento de que as normas de lavagem existem para proteger a administração da Justiça, pode ser criticada. Afinal, ela revela a ineficiência do aparelho estatal na investigação e rastreio dos produtos do crime antecedente. Nesse sentido, o bem jurídico se afasta do referencial antropocêntrico para corresponder a meras funcionalidades do sistema. Deixa de proteger o indivíduo para focar na estrutura da polícia e do Judiciário. Assim, o direito penal estaria caminhando para se tornar mero instrumento de reforço dos mecanismos de organização da administração pública.¹⁰⁵

¹⁰³ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 60, 61.

¹⁰⁴ Idem, p. 62-63.

¹⁰⁵ Idem, p. 63-64.

De acordo com Luiz Regis Prado, prevalecem na doutrina as correntes que entendem que o bem jurídico tutelado pelas normas de lavagem de dinheiro são a administração da Justiça ou a ordem socioeconômica. O autor adota o segundo posicionamento, afirmando que os bens jurídicos tutelados seriam “a ordem econômico-financeira, o sistema econômico e suas instituições ou a ordem socioeconômica em seu conjunto”.¹⁰⁶

Segundo Luiz Regis Prado, isso não significa que a administração da Justiça ou mesmo outro bem jurídico não possam ser incidentalmente lesionados. Contudo, para o autor, considerar a administração da Justiça como o bem jurídico protegido pelas normas de lavagem, corresponderia a uma renúncia da necessidade político-criminal de criminalização da lavagem de dinheiro como delito autônomo. Nesse sentido, o importante seria focar na incorporação de bens de origem ilícita na economia formal, e não o conhecimento do crime anterior.¹⁰⁷

Pode-se perceber que, em relação à ideia de que se trataria do mesmo bem jurídico tutelado no crime antecedente, as críticas são maiores, tendo em vista a necessidade de autonomia do tipo de lavagem de dinheiro. As outras duas teorias possuem maior apoio da doutrina. Assim, parece ser mais preciso o entendimento que considera ser a ordem econômica o bem jurídico lesionado na lavagem. Isso porque a administração da Justiça traria o foco para o crime antecedente, retirando parte da autonomia da lavagem de dinheiro. Afinal, o que ocorre de fato com essa prática é uma consequência na ordem econômica, com valores de origem ilícita e, portanto, sem encargos, prejudicando a livre concorrência daqueles que estão no mercado formal cujos bens possuem origem lícita.

Além disso, como é possível defender, tendo em vista a questão da própria legitimidade da criminalização da lavagem de dinheiro, o bem jurídico deve ser a ordem econômica. Entendo não existir legitimidade para a criminalização da lavagem de dinheiro se o bem jurídico tutelado for a administração da Justiça. Isso porque representaria uma repressão estatal para proteger o próprio Estado, não havendo uma repercussão para os indivíduos. No contexto de um Estado democrático e social de direito, com a existência de

¹⁰⁶ PRADO, Luiz Regis. Obra citada, p. 375.

¹⁰⁷ Idem, p. 375.

Constituição dirigente, como a de 1988, compromissos estatais como os relativos à saúde, educação e moradia, exigem que a ordem econômica não esteja prejudicada.¹⁰⁸

2.3 A ALTERAÇÃO PELA LEI Nº 12.683/2012 E OS CRIMES ANTECEDENTES

A Lei nº 9.613/1998, antes das alterações que vieram com a Lei nº 12.683/2012, previa um rol taxativo de infrações antecedentes para que ficasse configurada a lavagem de dinheiro. Em seu art. 1º, a Lei nº 9.613/1998 determinava os delitos cujos produtos seriam passíveis de lavagem: tráfico ilícito de drogas; terrorismo e seu financiamento; contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção; extorsão mediante sequestro; contra a Administração Pública; contra o sistema financeiro nacional; praticados por organização criminosa; ou praticado por particular contra a administração pública estrangeira.

Antes da sua alteração da Lei nº 9.613/1998 a lavagem de dinheiro corresponderia a um crime acessório, porque dependeria de outro crime antecedente. Nesse sentido, não havendo indícios da ocorrência do delito anterior, a denúncia não poderia ser recebida. A comprovação da ocorrência do crime antecedente seria uma questão prejudicial do próprio mérito, condicionando o desenvolvimento válido da relação processual.¹⁰⁹

Posteriormente, da nova redação da Lei nº 9.613/1998, dada pela Lei nº 12.683/2012, extrai-se que é possível que qualquer crime ou contravenção penal gere produtos passíveis de lavagem de dinheiro. Isso significa que não existe mais previsão legal de um rol taxativo de delitos antecedentes para que seja configurada a lavagem.

Essa ampliação do rol de crimes anteriores vai no sentido de uma tendência internacional de progressivo aumento da abrangência da lavagem de dinheiro. As primeiras legislações que regularam o assunto tinham o foco no

¹⁰⁸ VASCONCELOS, Maria Teresa. O bem jurídico tutelado no âmbito da criminalidade econômica e no crime de lavagem de dinheiro. In: *Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR*. Vol. 1, n. 7, 2016. No prelo.

¹⁰⁹ SOUZA NETTO, José Laurindo de. *Lavagem de dinheiro: Comentários à Lei 9.613/98*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 69.

combate ao tráfico de drogas, trazendo somente ele como crime antecedente. O primeiro documento que abordou a lavagem de dinheiro (apesar de não utilizar essa expressão) foi a Convenção de Viena, que previu só o tráfico de drogas como crime antecedente.¹¹⁰

A segunda geração de documentos internacionais visou à ampliação desse rol, trazendo outros tipos penais que poderiam gerar bens para a lavagem. Foi quando teve início a fase de elaboração de listas taxativas de delitos antecedentes. Posteriormente, esse rol fechado foi perdendo lugar para modelos de enquadramentos legais. Com a noção de que o bem jurídico lesionado pela lavagem de dinheiro não seria o mesmo daquele afetado pelo crime anterior, as legislações foram suprimindo o rol taxativo e o substituindo por uma “moldura legal”.¹¹¹

Antes da alteração legislativa, a lei de lavagem de dinheiro brasileira trazia um critério misto para a fixação dos delitos antecedentes. Isso porque, apesar do rol taxativo previsto em seu art. 1º, o inciso VII desse artigo representava uma abertura extensiva ao determinar que qualquer crime praticado por organização criminosa poderia gerar bens passíveis de lavagem.¹¹²

Com a Lei nº 12.683/2012, a legislação brasileira deixou de prever um rol fechado de crimes antecedentes, além de não prever também um modelo da ‘moldura penal’, determinando que qualquer crime ou contravenção pode gerar bens passíveis de serem objeto de lavagem de dinheiro.

Pierpaolo Cruz Bottini entende que essa ampliação, do ponto de vista político-criminal, é exagerada. Para ele, criou-se uma estrutura normativa demasiadamente pesada tendo em vista a finalidade a que se propõe. Ele cita alguns problemas que essa alteração legislativa pode gerar. Entre eles, o fato de que todo processo penal que trate de delitos com produtos patrimoniais acabará atraindo discussões sobre a destinação de seus valores e a possibilidade de ter ocorrido lavagem, mesmo em relação a crimes como furto ou contravenções simples, como a organização de rifa. Isso, segundo ele,

¹¹⁰ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 82-83.

¹¹¹ Idem, p. 83.

¹¹² Idem, p. 83-84.

poderia inviabilizar a atividade nas Varas Especializadas de Lavagem de Dinheiro pelo grande número de processos.

Bottini ainda aponta outros problemas. Existiria o risco haver um retrocesso na política de desencarceramento que veio com a Lei nº 12.403/2011, a lei das cautelares penais. Isso porque ela vedou a prisão preventiva em crimes dolosos cuja pena de prisão máxima fosse inferior ou igual a 4 anos, caso do furto e do estelionato, por exemplo. Assim, no concurso entre esses crimes e a lavagem de dinheiro caberia a prisão preventiva, pois a pena resultante ultrapassaria os 4 anos.¹¹³

Pelo mesmo motivo, o concurso com a lavagem de dinheiro também dificultaria a aplicação da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/1995) e da substituição pela pena restritiva de direitos (art. 44 do Código Penal), além do princípio da insignificância, tendo em vista a gravidade da lavagem de dinheiro e a cumulação de crimes praticados. De acordo com Bottini, o correto seria a opção por uma ‘moldura penal’ para os delitos antecedentes, sendo esses somente os crimes graves.¹¹⁴

2.4 POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

Tendo em vista a grande movimentação de bens e valores gerada pela lavagem de dinheiro, além da grande organização dos grupos criminosos que a praticam, é necessária a existência de uma política criminal bem esquematizada nesse setor.

A prisão dos membros desses que praticam lavagem ou a utilização exclusiva dos mecanismos tradicionais de repressão não são meios eficientes no combate a essa espécie de criminalidade. Sendo o dinheiro o centro da organização criminosa, a desarticulação desses grupos deve ocorrer com o confisco dos valores que mantém sua estrutura operante. Assim, o rastreamento dos valores obtidos dos atos infracionais que sustentam esses crimes seria o primeiro passo para uma política de combate à lavagem de dinheiro eficiente.¹¹⁵

¹¹³ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 84-85.

¹¹⁴ Idem, p. 85.

¹¹⁵ Idem, p. 24.

O crime organizado possui boa parte de seus bens mascarados em atividades aparentemente ilícitas. Por isso, o foco da política criminal de combate ao crime organizado passou a ser a repressão à lavagem de dinheiro. A partir de dados, relatórios e dossiês, o Estado busca perseguir o produto do crime e desarticular as associações delitivas.¹¹⁶

Contudo, como esses grupos criminosos costumam atuar de maneira transnacional, políticas nacionais e isoladas de combate à lavagem de dinheiro se mostraram ineficientes. Para rastrear esses valores foi necessário o desenvolvimento de formas de cooperação internacional e um esforço para uma mínima harmonização das legislações nacionais, visando facilitar as comunicações e diligências internacionais.¹¹⁷

A crescente preocupação com a lavagem de dinheiro pode ser percebida pela contínua criação de acordos, convenções e tratados internacionais sobre o tema. Três convenções se destacam, tanto por sua importância no aprimoramento da política criminal internacional de combate à lavagem de dinheiro, quanto por terem sido formalmente incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro: a Convenção de Viena, a Convenção de Palermo e a Convenção de Mérida.¹¹⁸

A Convenção de Viena, de 1988, inaugurou a previsão da lavagem de dinheiro nesses tipos de documentos internacionais, mesmo não utilizando o termo 'lavagem de dinheiro'. Foi incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto 154, de 1991. Seu principal objetivo foi o combate ao tráfico de drogas, sendo esse o único crime antecedente previsto.¹¹⁹

Já a Convenção de Palermo, de 2000, trouxe um conjunto de normas visando o combate mais efetivo do crime organizado, tendo sido incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Presidencial 5.015, em 2004. Ela coloca meios eficazes de investigação do crime organizado e trata expressamente de lavagem de dinheiro em seu art. 6º, a definindo como “a conversão ou transferência de bens, quando quem o faz tem conhecimento de que esses bens são produto do crime, com o propósito de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos bens ou ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da

¹¹⁶ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 24.

¹¹⁷ Idem, p. 24-25.

¹¹⁸ Idem, p. 29-30.

¹¹⁹ Idem, p. 30-31.

infração principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus atos”. Assim, a Convenção de Palermo, diferentemente da Convenção de Viena, indica que outros crimes para além do tráfico de drogas podem ser antecedentes à lavagem de dinheiro.¹²⁰

Adotada pela Organização das Nações Unidas em 2003 e promulgada pelo Brasil em 2006 (pelo Decreto 5.687), a Convenção de Mérida tem como finalidade específica o combate à corrupção. Seu art. 14 trata da lavagem de dinheiro, colocando a responsabilidade dos Estados-membros de instituir rígidos controles administrativos sobre a atuação dos chamados setores sensíveis, ou seja, instituições financeiras e não financeiras utilizadas frequentemente para lavar dinheiro, além de estabelecer medidas de fomento à cooperação internacional.¹²¹

Visando um constante acompanhamento das novas maneiras de ocultação de valores, para aprimorar a identificação e repressão da lavagem de dinheiro, foram instituídos grupos de especialistas e de autoridades públicas. Dentre eles, destaca-se o Grupo de Ação Financeira (GAFI) criado em 1989, o qual conta com a participação do Brasil desde 2000. O GAFI elabora estudos e diagnósticos, desenvolve planos e estratégias e elabora sistemas para avaliar o controle das atividades de lavagem nos países que o compõe.¹²²

É imprescindível a cooperação entre os países para que se possa combater a lavagem de dinheiro, tendo em vista seu forte caráter internacional. Contudo, isso não significa que as diretrizes desenvolvidas em outros países devam ser incorporadas automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro. Deve ser realizado um filtro crítico, afinal, as realidades político-sociais de cada país são diferentes, sendo também a maneira de combate à criminalidade. Assim, as normas internacionais devem ser incorporadas somente se compatíveis com a Constituição brasileira.¹²³

Existe ainda a noção da cooperação privada. Algo unânime entre os países no combate à lavagem de dinheiro é o reconhecimento da incapacidade do Poder Público na sua prevenção e investigação sem a colaboração de instituições privadas que estejam presentes nos setores sensíveis à sua

¹²⁰ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 31.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Idem, p. 32.

¹²³ Idem, p. 34.

prática. Os chamados *gatekeepers* (ou torres de vigia) são as entidades ou pessoas que atuam nos setores que costumam ser utilizados por aqueles que praticam lavagem de dinheiro, como bancos, corretoras de imóveis, valores ou contadores, por exemplo.¹²⁴

No Brasil, a Lei nº 9.603/1998, com suas alterações, tem uma natureza tríplice, ou seja, traz aspectos administrativos, penais materiais e processuais penais. Como aspecto administrativo, disposições acerca do controle administrativo dos setores sensíveis. Em relação ao aspecto penal material, os dispositivos sobre o crime e penas. Por fim, ainda há o aspecto processual penal, com a previsão de medidas cautelares, meios de provas e outros instrumentos relativos à persecução penal.¹²⁵

É importante destacar também, no âmbito nacional, a existência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Ele foi instituído pelo art. 14 da Lei nº 9.613/1998, possuindo natureza administrativa. O COAF é composto por representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Receita Federal e de outros órgãos, com seu presidente sendo nomeado pelo Presidente da República (por indicação do Ministro da Fazenda). Cabe ao COAF o recebimento, armazenamento e sistematização de informações, elaboração de Relatórios de Inteligência Financeira e contribuição no combate à lavagem de dinheiro por meio do planejamento estratégico, de ações de inteligência e de gestão de dados. Também possui a função de supervisão administrativa de setores sensíveis e de formular políticas para o setor.¹²⁶

2.5 A CRIMINALIDADE ORGANIZADA E A LAVAGEM DE DINHEIRO

Como se pode perceber, a lavagem de dinheiro, por envolver atos complexos em suas fases de ocultação, dissimulação e integração, normalmente está relacionada à criminalidade organizada. A lavagem de dinheiro é um crime que exige uma grande capacidade de planejamento e logística para sua concretização.

¹²⁴ BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Obra citada, p. 34-35.

¹²⁵ Idem, p. 38.

¹²⁶ Idem, p. 43-44.

A criminalidade organizada vem se manifestando mais intensamente no âmbito da criminalidade econômica, estando relacionada aos avanços tecnológicos e científicos no contexto da globalização.¹²⁷

Entre os elementos que caracterizam a criminalidade organizada, estariam: a associação de uma pluralidade de pessoas; uma estrutura organizada e hierarquizada; atividades ilegais; permanência no tempo; o uso de tecnologia e outros meios para a realização dos delitos; o objetivo de conseguir ou ampliar poder político, econômico ou social; finalidade principal sendo a obtenção de lucro; disciplina interna; caráter internacional, com mobilidade; e corrupção estatal nos âmbitos do Executivo, Legislativo e Judiciário.¹²⁸

A criminalidade organizada existe desde tempos muito remotos. Contudo, com a sociedade contemporânea houve um aperfeiçoamento da prática delitiva organizada. Isso porque passou a contar, muitas vezes, com uma verdadeira estrutura empresarial, ultrapassando fronteiras nacionais e incrementando seu espaço na sociedade e no atingimento de bens jurídicos supraindividuais.¹²⁹

Além disso, a criminalidade organizada contemporânea tem como característica o fato de não adotar como instrumento para atingir seus objetivos a violência, mas sim a corrupção. Assim, ela se infiltra de forma mais eficiente no meio econômico, agindo de forma mais silenciosa e dificultando que suas operações delitivas não sejam bem sucedidas.¹³⁰

Além das características já citadas, é importante destacar que praticamente todas as formas de criminalidade organizada têm em comum o fato de acumular poder econômico, possuir grande poder de corrupção e de intimidação, possuindo uma estrutura piramidal de organização.¹³¹

Outra questão é a distinção entre as noções de organizações criminosas e de associações criminosas. A associação estaria dentro do conceito maior de organização criminosa que foi tratado até então. A associação criminosa seria, então, uma forma de manifestação da criminalidade organizada, cujo conceito

¹²⁷ PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 394.

¹²⁸ Idem, p. 395.

¹²⁹ Idem, p. 399-400.

¹³⁰ Idem, p. 400.

¹³¹ Idem, p. 402.

está presente no art. 288 do Código Penal (que foi alterado pela Lei 12.850/2013, deixando de existir a expressão “quadrilha ou bando”), o qual traz: “Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes”.¹³²

Em relação à lavagem de dinheiro, as significativas alterações que ocorreram na qualidade dos crimes praticados por organizações criminosas, e na quantidade dos ganhos ilícitos deles provenientes, fez com que houvesse uma grande alteração nas formas de aproveitamento dos produtos do crime.¹³³

Com o crescimento do crime organizado em âmbito internacional a preocupação com a necessidade de se combater a prática da lavagem de dinheiro aumentou entre os países. Além de facilitar sua ocultação, a internacionalização faz com que a investigação fique prejudicada por conta de barreiras jurídicas e políticas entre os países.¹³⁴

Um marco histórico da criminalidade organizada envolvida com a lavagem de dinheiro foi a máfia nos Estados Unidos no período da chamada “Lei Seca”. Com a proibição da fabricação, venda e transporte de bebidas alcóolicas em 1920, houve o estímulo ao desenvolvimento de organizações criminosas que trabalhavam com o fornecimento ilegal de bebidas. Essas atividades ilícitas geraram uma grande quantidade de valores que foram reinseridos na economia, com a aparência de ilicitude, por meio da prática da lavagem de dinheiro.¹³⁵

Posteriormente, as organizações criminosas que ganharam destaque na prática da lavagem de dinheiro foram, em especial, aquelas ligadas ao tráfico de drogas. Por meio de estruturas fortemente organizadas e hierarquizadas, inclusive no plano internacional, esses grupos criminosos utilizam os bens e valores obtidos com o tráfico de drogas na lavagem de dinheiro.

O crime organizado e o tráfico de drogas costumam envolver grande quantidade de dinheiro de origem ilícita. Isso faz com que fiquem prejudicadas

¹³² PRADO, Luiz Regis. *Direito Penal Econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2014, p. 408.

¹³³ MAIA, Rodolfo Tigre. *Lavagem de dinheiro (lavagem de ativos provenientes de crime): Anotações às disposições criminais da Lei n. 9.613/98*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 25.

¹³⁴ SANTIAGO, Rodrigo. O “branqueamento” de capitais e outros produtos do crime. In: *Direito Penal Econômico e Europeu: textos doutrinários*. Vol 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1999, p. 363-365.

¹³⁵ MAIA, Rodolfo Tigre. Obra citada, p. 26-27.

a reputação e a estabilidade do setor financeiro e dos estabelecimentos de crédito. No caso da União Europeia, por exemplo, a liberdade de prestação de serviços financeiros e de circulação de dinheiro, somada à integração dos mercados financeiros acaba gerando um ambiente propício para a prática da lavagem de dinheiro.¹³⁶ Essa internacionalização da lavagem de dinheiro realizada por organizações criminosas pode ser observada em diversos países, em especial quando o destino do dinheiro auferido ilicitamente são paraísos fiscais.

A economia mundial tem uma importante parcela do capital movimentado sendo proveniente de atos ilícitos. Essa situação traz uma série de desafios para a economia de diversos países. Além disso, a globalização traz como consequência a dificuldade da investigação criminal. Entre os aspectos que trazem complexidade para as operações de lavagem de dinheiro estão a democratização da informação, da tecnologia e do acesso ao mercado de capitais.¹³⁷

Mais recentemente, como foi afirmado, ganharam destaque na mídia e nas preocupações de política criminal, as organizações criminosas ligadas a crimes de corrupção que praticam lavagem de dinheiro. Nesse sentido, é importante analisar esse fenômeno sob o ponto de vista criminológico, como será abordado a seguir.

¹³⁶ BONNEAU, Thierry. *La banque face au blanchiment des capitaux: propôs introductifs*. In: *Revista de Direito Bancário*. Nº 40, 2008, p. 1001.

¹³⁷ LEMOS JÚNIOR, Arthur Pinto de. Uma reflexão sobre as dificuldades da investigação criminal do crime de lavagem de dinheiro. In: *Revista dos Tribunais*. Ano 96, vol. 864, 2007, p. 447, 452.

3. LAVAGEM DE DINHEIRO E AS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS

Além dos aspectos mais dogmáticos relativos aos crimes econômicos, em especial ao crime de lavagem de dinheiro, é importante analisar essa espécie de criminalidade também sob uma perspectiva criminológica. Dessa forma, é possível verificar como se dá a prática da lavagem de dinheiro, quem são seus autores e de que forma o Estado seleciona essas condutas no âmbito penal.

Sem deixar de lado o enfoque normativo, os operadores do direito devem também procurar conhecer os aspectos criminológicos dos delitos apurados, uma vez que, no caso concreto, esses conhecimentos podem auxiliar a valoração da prova e a compreensão das motivações do criminoso, favorecendo um processo mais justo.¹³⁸

O estudo dos crimes de colarinho branco representou uma mudança do foco da criminalidade comum para os grupos e pessoas que estão inseridas nos mercados ou organizações públicas e privadas. Dessa forma, torna-se possível que se compreendam alguns mecanismos nos quais está baseada a atividade ilegal de empreendedores, políticos e administradores.¹³⁹

Tradicionalmente, a criminologia se volta para o estudo da criminalidade que pode ser explicada pela pobreza e falta de acesso a bens dos seus agentes. Já o estudo de crimes como a lavagem de dinheiro revela como uma de suas causas a disponibilidade de recursos em excesso, e não sua falta. Como afirma Vincenzo Ruggiero, existe na criminalidade de colarinho branco a habilidade dos praticantes em “forjar modelos aceitáveis de comportamento e em rejeitar imputações desviantes feitas por outros”.¹⁴⁰

A criminologia corresponde, nas palavras de Sérgio Salomão Shecaira, ao “estudo e a explicação da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade se utiliza para lidar com o crime e com atos desviantes; a natureza das posturas com que as vítimas desses crimes serão atendidas pela sociedade; e, por derradeiro, o enfoque sobre o autor desses fatos

¹³⁸ MORO, Sérgio Fernando. Obra citada, p. 65-66.

¹³⁹ RUGGIERO, Vincenzo. *Crimes e mercados: ensaios em anticriminologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 2.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

desviantes”.¹⁴¹ Dessa forma, uma perspectiva a partir da sociologia possibilita uma diferente e mais aprofundada visão do delito de lavagem de dinheiro.

Nesse contexto, serão analisadas algumas abordagens criminológicas que tratam da criminalidade de colarinho branco, em especial a teoria de Edwin Sutherland, de forma a verificar de que forma elas podem explicar crimes como o de lavagem de dinheiro.

3.1 ALGUMAS ABORDAGENS CRIMINOLÓGICAS

Tradicionalmente, a criminologia se voltou para explicar a criminalidade comum, normalmente relacionada com as desigualdades sociais consequentes do sistema capitalista de produção. A criminalização de condutas estaria ligada a um contexto de medo e demanda das elites em relação à população pobre que poderia atingir seus corpos e patrimônio.

Nessa perspectiva, a criminalidade de colarinho branco seria entendida como uma demanda difusa pela compensação da seletividade penal. Traria, contudo, respostas simbólicas, com modelos minimalistas, penas alternativas e pecuniárias, o que replicaria essa lógica de seletividade do sistema penal. Essa demanda de criminalização de condutas econômicas, com um sentimento de indignação pela impunidade das elites, teria também uma origem na luta entre capitais, em que questões penais influenciam a competição entre os atores do mercado.¹⁴²

Isso pode até revelar algumas características normalmente relacionadas à criminalidade de colarinho branco, mas não corresponde a um estudo aprofundado sobre os delitos econômicos. Mesmo que explicasse a criminalização dessas condutas, não explica o porquê da prática desses crimes. A lavagem de dinheiro, por exemplo, não pode ser explicada direta e somente pelas desigualdades sociais decorrentes do sistema capitalista.

A criminalidade econômica acabou ficando de lado no contexto dos estudos criminológicos. Afinal, ela não pode ser explicada pela falta de recursos financeiros ou exclusão social. Seus agentes não são, em geral,

¹⁴¹ SHECARIA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 35.

¹⁴² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 170-171.

marginalizados na sociedade. Ao contrário, costumam pertencer a camadas socioeconômicas mais privilegiadas, com acesso a moradia, saúde, educação e demais recursos, estando inseridos no mercado de consumo.

A chamada Escola de Chicago, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, trouxe diferentes aspectos da vida da cidade para a análise criminológica. A noção de desorganização social seria a experiência pela qual passa aquele que chega à cidade, havendo uma rejeição de hábitos e normas morais, com um sentimento interior de perda pessoal. Com o crescimento das cidades e aumento da migração, o papel de controle informal realizado pela vizinhança deixa de existir. Isso debilitaria a integração entre as pessoas, sendo um fator potencializador da criminalidade.¹⁴³ É uma teoria que influenciou o pensamento de Sutherland, mas não explica por si só a criminalidade econômica.

A criminologia crítica expandiu no meio acadêmico a partir dos anos de 1970. Alessandro Baratta abordou uma proposta de criminologia sob o ponto de vista das classes subalternas.¹⁴⁴ Foram feitas análises observando condições sociais, de mercado de trabalho e dos sistemas penais. Essa ideia do estudo de uma criminalidade ligada à sujeição do proletariado visando os interesses da burguesia, dentro de uma lógica marxista¹⁴⁵, não se volta para o estudo da criminalidade de colarinho branco.

No caso específico da lavagem de dinheiro, a criminologia crítica também não traz explicações para sua prática. Como já tratado, é uma forma de criminalidade que consiste em uma série de práticas econômicas e financeiras visando ocultar a origem ilícita de bens ou valores. Independentemente do crime antecedente, envolve atos econômicos complexos e normalmente uma organização criminosa bem estruturada. Os seus motivos são eminentemente econômicos, mas não da forma como a criminologia crítica aborda a questão.

¹⁴³ SHECARIA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 137-147.

¹⁴⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 197.

¹⁴⁵ BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 89-96.

Pode-se perceber que tanto a deficiência quanto “a abundância de oportunidades legítimas podem levar a atividades criminais” ¹⁴⁶ Isso não significa, contudo, que a estigmatização social e a penalização institucional ocorram da mesma forma. Como se extrai da leitura de Ruggiero, existe um processo seletivo que leva somente alguns ao estigma social, à pena imposta pelo Estado, em especial a pena privativa de liberdade.

De qualquer forma, o direito penal econômico também é desigual. Isso porque se satisfaz com bodes expiatórios, comumente indivíduos pertencentes à classe média, deixando de lado muitas vezes aqueles que se beneficiam dos atos ilícitos. Na prática, funcionários de menores escalões de empresas têm condutas a eles imputadas e não aos seus superiores, que são os beneficiários das condutas. ¹⁴⁷

3.2 TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL

Uma das teorias desenvolvidas por Edwin Sutherland e que é relevante no estudo dos crimes econômicos, incluindo a lavagem de dinheiro, é a teoria da associação diferencial.

Essa teoria teve início nos anos de 1920, com base nas ideias de Gabriel Tarde. Sutherland teve grande influência da Escola de Chicago no início do século XX, quando teve seu primeiro contato com a criminologia na Universidade de Chicago. ¹⁴⁸

O contexto econômico e social que antecedeu o desenvolvimento da teoria da associação diferencial nos Estados Unidos foi a de um período de crescimento econômico após a Primeira Guerra Mundial. Os grandes negócios passar a aferir lucros significativos. Junto com isso, há um aumento da corrupção administrativa e o aparecimento de escândalos financeiros. ¹⁴⁹

Com a prosperidade do pós-guerra, os investimentos na Bolsa de Valores se tornam desenfreios, com enorme especulação financeira. Esse cenário chega ao grande momento de insolvência com a quebra da Bolsa de

¹⁴⁶ RUGGIERO, Vincenzo. Obra citada, p. 189.

¹⁴⁷ ROCHA Jr. Francisco do Rêgo Monteiro. Criminalização dos delitos econômicos: um direito penal igual para todos? In: BONATO, Gilson (org). *Processo Penal, Constituição e Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 291.

¹⁴⁸ SHECARIA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 168.

¹⁴⁹ Idem, p. 169.

Valores de Nova York em 1929. Um crescimento da pobreza se torna mais evidente e a criminalidade passa a se aproveitar da oportunidade de um mercado ilícito de bebidas alcoólicas que surgiu com a Lei Seca.¹⁵⁰

Visando combater a grave crise econômica, o Presidente Franklin Delano Roosevelt implementou o *New Deal* nos Estados Unidos. Esse programa econômico tinha como base as ideias de John Maynard Keynes, segundo as quais deve haver uma política estimuladora para combater as crises econômicas. Assim, o *New Deal* trouxe uma intervenção do Estado na economia, com investimentos em grandes construções para combater o desemprego, aumentando, conseqüentemente, o consumo da população. Nesse período houve também a revogação da Lei Seca nos Estados Unidos, o que colocou fim em parte da criminalidade que se aproveitava dessa oportunidade de negócios ilícitos.¹⁵¹

Essa alteração do paradigma de não intervenção econômica para uma visão intervencionista do Estado encontrou resistências, tanto de empresários como da Suprema Corte Americana. Contudo, Sutherland foi influenciado pela Escola de Chicago. De acordo com essa linha de pensamento, o aparecimento preferencial do crime nas comunidades onde os vínculos fossem mais tênues poderia ser explicado pela sensação de desorganização social que deixava menos possível que houvesse um controle social informal, o qual seria mais efetivo no controle da criminalidade.¹⁵²

Esse período pelo qual passava a economia e a política estadunidenses traduzia uma situação de anomia no mundo dos negócios, com a mudança de um liberalismo econômico para um momento de intervenção estatal. Assim, houve uma diminuição dos lucros da atividade empresarial, o que traz o interesse em violar as 'regras do jogo'.¹⁵³

Enquanto o mundo dos negócios tem uma organização que permite a infração de normas que o regem, a sociedade não possui uma organização que impeça essas violações. O *New Deal* torna possível o aumento do controle da

¹⁵⁰ SHECARIA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 169.

¹⁵¹ Idem, p. 170-171.

¹⁵² Idem, p. 171.

¹⁵³ Idem, p. 171-172.

atividade empresarial ilícita, a qual Sutherland chamou de crime do colarinho branco, a partir de sua teoria da associação diferencial.¹⁵⁴

O pensamento de Sutherland foi de grande contribuição para a teoria das subculturas criminais, em especial com a análise das formas de aprendizagem do comportamento criminoso. Essa aprendizagem estaria diretamente relacionada com as diversas associações diferenciais que o indivíduo possui com outras pessoas ou grupos. Sua teoria da associação diferencial foi aplicada, em particular, aos delitos de colarinho branco.¹⁵⁵

Sutherland afirma que explicações para o comportamento criminoso acabaram não tendo sucesso em grande parte por terem se concentrado na tentativa de isolar patologias pessoais e sociais. Em outra perspectiva, o autor traz a ideia de que “*criminal behavior is learned*”.¹⁵⁶ Isso significa que o comportamento criminoso não é herdado, e que a pessoa que ainda não foi ‘treinada’ para o crime não inventa o comportamento criminoso.¹⁵⁷

A aprendizagem do comportamento criminoso se dá com a interação com outras pessoas em um processo de comunicação. Essa comunicação seria tanto verbal quando por gestos. Além disso, a parte principal dessa aprendizagem ocorre dentro de grupos íntimos, consistindo tanto em técnicas para a prática do delito, como na direção de motivos, atividades, racionalizações e atitudes.¹⁵⁸

Essa aprendizagem decorre de definições das leis como favoráveis ou desfavoráveis. Em algumas sociedades, um indivíduo está cercado por pessoas que definem as leis como regras a serem observadas e, em outras, está cercado por pessoas cujo seu entendimento das leis é favorável à sua violação. Segundo Sutherland, a sociedade estadunidense teria definições mistas e, conseqüentemente, haveria um conflito na sua cultura em relação a sua visão sobre as leis.¹⁵⁹

Assim, uma pessoa se tornaria um criminoso por conta de um excesso de definições favoráveis à violação da lei em relação às desfavoráveis à sua

¹⁵⁴ SHECARIA, Sérgio Salomão. Obra citada, p. 172.

¹⁵⁵ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 71.

¹⁵⁶ Em tradução livre: ‘comportamento criminoso é aprendido’.

¹⁵⁷ SUTHERLAND, Edwin H. *Differential Association*. In: JACOBY, Joseph E. *Classics of Criminology*. 3ª ed. Long Grove, IL: Waveland Press, 2004, p. 272-273.

¹⁵⁸ Idem, p. 273.

¹⁵⁹ Idem, ibidem.

violação. Esse é o princípio da associação diferencial. Quando um indivíduo se torna um delinquente, isso ocorre devido a contatos com padrões de criminalidade e também pelo isolamento dos padrões anti-criminais. Qualquer um inevitavelmente assimila a cultura ao seu redor, a menos que outros padrões estejam em conflito. A noção de associação diferencial significa que associações neutras (como aprender a escovar os dentes, por exemplo) possuem pouco ou nenhum efeito negativo ou positivo no surgimento do comportamento criminoso.¹⁶⁰

O processo de aprendizagem do comportamento criminoso por associação como padrões criminais e anti-criminais envolve todos os mecanismos de qualquer outro aprendizado, que não está restrita ao processo de imitação. Contudo, apesar do comportamento criminoso ser uma expressão das necessidades e valores gerais, não é explicado por eles. Afinal, o comportamento não criminoso é a expressão das mesmas necessidades e valores. Um ladrão rouba para conseguir dinheiro, da mesma forma que “trabalhadores honestos” ficam em seus empregos para isso.¹⁶¹

As associações feitas por uma pessoa são determinadas em um contexto geral de organização social. São diversos os fatores de organização social, incluindo diversas relações pessoais. Sutherland aponta que um dos problemas da explicação do comportamento criminal seria o de comparar as taxas de criminalidade de diferentes grupos ou de um grupo em períodos distintos.¹⁶²

Sutherland realiza uma crítica às teorias gerais do comportamento criminoso baseadas nas condições econômicas, relacionando-o à pobreza, condições psicopatológicas ou sociopatológicas. Essas generalizações seriam equivocadas por se basearem em uma falsa amostra de criminalidade, a tradicional e oficial, sendo a criminalidade de colarinho branco deixada de lado, apesar da sua grande ocorrência na sociedade americana, como confirma a análise empírica de Sutherland.¹⁶³

¹⁶⁰ SUTHERLAND, Edwin H. *Differential Association*. In: JACOBY, Joseph E. *Classics of Criminology*. 3ª ed. Long Grove, IL: Waveland Press, 2004, p. 273.

¹⁶¹ Idem, p. 273-274.

¹⁶² Idem, p. 274.

¹⁶³ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 71-72.

Além disso, essas teorias gerais do comportamento criminoso não explicam de forma satisfatória a criminalidade de colarinho branco. Em geral, seus autores não são pobres, não vivem em locais ou lares menos privilegiados, nem possuem doenças mentais. Se os fatores psicopatológicos e sociológicos estivessem, sem nenhuma dúvida, ligados ao surgimento da criminalidade como essas generalizações levam a crer, apenas poderiam explicar a criminalidade daqueles que pertencem aos estratos inferiores. Não comportam, portanto, uma teoria geral da criminalidade.¹⁶⁴

3.3 OS CRIMES DE COLARINHO BRANCO

Uma das teorias criminológicas mais expressivas que focou sua análise nos delitos econômicos praticados em sua maioria por membros de uma elite econômica e social é a teoria desenvolvida por Edwin Sutherland sobre o chamado 'crime de colarinho branco'.

Sutherland manifestou seu interesse pela realização de um estudo maior sobre crimes praticados pelas classes poderosas quando assumiu o cargo de presidente da *American Sociological Society*, em 1939. No ano seguinte, publicou o artigo *White-collar Criminality*, mesma época em que elaborou as bases fundamentais da teoria da associação diferencial. Seu livro *Crime de Colarinho Branco*, de 1949, foi o resultado de dezessete anos de pesquisa, trazendo dados de práticas criminosas das setenta maiores empresas estadunidenses da época. A primeira publicação da obra foi censurada, não contando com os nomes das empresas. A primeira versão sem cortes foi publicada somente em 1983.¹⁶⁵

No início da obra *Crime de Colarinho Branco*, Sutherland deixa claro que as patologias pessoais e sociais não fornecem uma explicação adequada para o comportamento criminoso. As teorias gerais sobre o comportamento criminoso que se fundam nos dados de pobreza seriam inadequadas por selecionar uma amostra tendenciosa da criminalidade.¹⁶⁶ Muitos atos

¹⁶⁴ BARATTA, Alessandro. Obra citada, p. 72.

¹⁶⁵ LEMOS, Clécio. Apresentação. In: SUTHERLAND, Edwin H. *Crime de colarinho branco: versão sem cortes*. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 8-12.

¹⁶⁶ SUTHERLAND, Edwin H. *Crime de colarinho branco: versão sem cortes*. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 30.

criminosos não podem ser explicados simplesmente pela pobreza e demais questões relacionadas a ela, como é o caso da lavagem de dinheiro.

Crime de colarinho branco é um delito praticado por um indivíduo de respeitabilidade e elevado status social no curso de sua atividade. Nesse conceito ficam excluídos crimes da classe alta que não dizem respeito a suas atividades profissionais ou crimes de pessoas com dinheiro, porém sem respeitabilidade e alto status social.¹⁶⁷

A criminalidade de colarinho branco não se relaciona à pobreza ou às patologias que eventualmente as acompanhe.¹⁶⁸ Sendo frequentes esses delitos, uma teoria geral de acordo com a qual os crimes estejam ligados à pobreza seria inválida. Assim, o estudo do crime de colarinho branco poderia auxiliar na identificação de fatores comuns a essa espécie de criminalidade e à considerada tradicional, para que se pudesse pensar em uma teoria geral do comportamento criminoso.¹⁶⁹

O custo financeiro de crime de colarinho branco é provavelmente muito maior do que aquele associado aos crimes comumente vistos como o “problema da criminalidade”.¹⁷⁰ Nesse aspecto, pode-se pensar na lavagem de dinheiro, que movimenta valores extremamente significativos, normalmente maiores que crimes comuns contra o patrimônio, como roubo e furto.

Para demonstrar a falácia das teorias tradicionais que relacionam o crime à pobreza e às patologias sociais e pessoais que podem derivar dela, Sutherland traz dados empíricos que revelam a frequência das condenações de grandes empresas. Das 70 empresas por ele analisadas, 60% foram condenadas, tendo uma média de aproximadamente quatro condenações cada.¹⁷¹

Do estudo de Sutherland pode-se extrair que os critérios que tinham sido utilizados para definir os crimes de colarinho branco não seriam objetivamente distintos daqueles utilizados para definir outros delitos. A ausência de proteção

¹⁶⁷ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 33-34.

¹⁶⁸ SUTHERLAND, Edwin H. *White-Collar Criminality*. In: JACOBY, Joseph E. *Classics of Criminology*. 3ª ed. Long Grove, IL: Waveland Press, 2004, p. 13.

¹⁶⁹ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 34.

¹⁷⁰ Idem, p. 37.

¹⁷¹ Idem, p. 51-52.

das regras de intenção criminosa e presunção de inocência nas decisões proferidas contra empresas seria provavelmente superior do que nos casos de crimes não empresariais. Contudo, isso não faria esses crimes essencialmente diferentes.¹⁷²

Nos casos em que a estigmatização por um crime é imposta como penalidade, isso coloca o condenado em um estereótipo popular de “criminoso”. Na sociedade moderna esse estereótipo está associado às classes socioeconômicas menos favorecidas. Contudo, Sutherland aponta para o fato de que 75% dos condenados nas prisões estaduais estadunidenses não seriam “criminosos no senso comum da palavra”.¹⁷³

As normais penais não tutelam condutas que geram a mesma comoção pública. A violação de leis relativas a crimes econômicos não provocam a mesma comoção na população do que práticas de estupro e homicídio, por exemplo. Existe a divisão entre os chamados *felonies*, crimes que geram maior comoção, e os *misdemeanors*, delitos que não causam tanta comoção.¹⁷⁴

Presume-se que os crimes de colarinho branco estariam na parte mais baixa dessa classificação sem, no entanto, estarem inteiramente fora dela. Outro ponto é o fato de que somente uma pequena parcela dos crimes comuns provoca efetivamente uma grande comoção na população, que ocorre apenas nos casos em que são “espetaculares” ou que a vítima seja uma pessoa próxima.¹⁷⁵

Índices e descrições gerais de criminalidade fazem com que sejam desenvolvidos na cidade moderna o medo e a comoção nos cidadãos. Essa comoção ocorreria também nos crimes de colarinho branco dessa maneira. Isso não significa que todos os setores da sociedade reagem da mesma forma em resposta à violação de uma norma específica. Assim, alguns comerciantes entendem que a violação das regras de comércio não é algo grave. Como também, segundo Sutherland, alguns moradores de determinada favela podem não considerar um furto cometido por um vizinho como algo perverso, sendo

¹⁷² SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 94-95.

¹⁷³ Idem, p. 97.

¹⁷⁴ Idem, p. 99.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

comum que, caso sejam processados, os moradores deem apoio a esse vizinho.¹⁷⁶

A diferenciação na regulação das leis que tratam de crimes de colarinho branco pode ser explicada, segundo Sutherland, por três fatores: “o status de homem de negócios, a tendência normal de estar longe de punições, e a pouca expressividade da comoção pública contra os crimes de colarinho branco”.¹⁷⁷

Sendo a lei adaptada às características dos prováveis violadores da norma, os empresários, prováveis violadores das leis que tipificam crimes econômicos, provocam um misto de medo e admiração quando têm suas características avaliadas. Os responsáveis pelo sistema de justiça criminal possuem medo de enfrentar os empresários. Segundo Sutherland, um dos motivos é o fato de que esse conflito poderia resultar em uma diminuição das contribuições financeiras para as campanhas eleitorais.¹⁷⁸

O poder e influência na opinião pública daqueles que praticam crimes de colarinho branco fazem com que haja sua imunidade em relação à lei. Outro ponto seria a homogeneidade cultural de juízes, legisladores e administradores que admiram e respeitam empresários, não os vendo como criminosos. O segundo fator que explica a diferenciação na aplicação da lei nos crimes de colarinho branco é a tendência de diminuir a utilização do campo penal, a qual ocorreu de forma mais rápida no âmbito dos crimes de colarinho branco.¹⁷⁹

O terceiro fator é a relativa inexistência de comoção pública em relação aos crimes de colarinho branco. Isso ocorre por vários motivos, entre eles o fato de que os homens de negócios praticam complexas violações a leis cujos efeitos são difusos. Elas não decorrem de um ataque direto de um indivíduo contra outro, como ocorre em um roubo ou lesão corporal, por exemplo.¹⁸⁰ Como o bem jurídico na criminalidade econômica é difuso, os efeitos negativos da prática do crime não são sentidos por uma pessoa específica.

Além disso, a ausência de comoção no que diz respeito a esses delitos também pode ser explicada pelo fato de que “as agências públicas de comunicação não expressam os sentimentos morais estruturados da

¹⁷⁶ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 99.

¹⁷⁷ Idem, p. 99-100.

¹⁷⁸ Idem, p. 100.

¹⁷⁹ Idem, p. 100, 102.

¹⁸⁰ Idem, p. 103.

comunidade com relação aos crimes de colarinho branco”.¹⁸¹ Isso porque esses crimes são complexos e não revelados de uma forma simples nos noticiários, e por conta dessas agências de comunicação pertencerem ou serem controladas por homens de negócios, estando elas muitas vezes violando essas leis. Sutherland afirma que se os noticiários fossem produzidos por batedores de carteira, a opinião pública em relação a eles não seria estruturada como ocorre no cenário atual.¹⁸²

Outra questão seria a de que as leis relativas a condutas econômicas são uma parte relativamente nova e especializada do ordenamento.¹⁸³ O direito penal tradicional tutela os bens jurídicos individuais, em geral cuja lesão se dá em um ataque de pessoa para pessoa. Com a sociedade atual mais complexa e com maiores exigências prestacionais por parte do Estado, bens jurídicos supraindividuais passaram a ser tutelados, e aí entram os crimes de colarinho branco, incluindo a lavagem de dinheiro.

Pelos motivos expostos, não costuma haver (ou ao menos costumava, na época dos estudos de Sutherland, já que a situação atual brasileira aponta para outro sentido em casos como os da Operação Lava Jato) grande comoção organizada por parte da população em relação à criminalidade econômica. Essa comoção estaria mais presente em relação à criminalidade tradicional, no que diz respeito aos crimes considerados graves. A relação entre os costumes e as leis costuma ser circular. Isso significa que, ao passo que as leis são, de certa forma, a formalização dos costumes, a concretização das leis tende a reforçar os costumes. No caso dos crimes de colarinho branco, as leis não têm sido tão efetivas no sentido de reforçar costumes.¹⁸⁴

Sutherland descreve algumas características dos crimes de colarinho branco, fazendo uma comparação com a figura daquele que pratica roubos de forma profissional. Da mesma forma como ocorre com os ladrões profissionais, a criminalidade da empresa é persistente, sendo boa parte dos criminosos reincidente. Das 70 grandes empresas nos Estados Unidos analisadas pelo autor, 97,1% eram reincidentes. Isso releva que os procedimentos oficiais que

¹⁸¹ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 103.

¹⁸² Idem, p. 103-104.

¹⁸³ Idem, p. 104.

¹⁸⁴ Idem, p. 105.

são usados para combater, dissuadir e reabilitar o praticante desses crimes têm sido ineficazes.¹⁸⁵

Outra característica seria o fato de que os atos criminosos estão em maior extensão do que os processos judiciais indicam. Sutherland cita o caso de Samuel Insull, que disse durante o julgamento que não entendia o porquê de estar sendo processado, sendo que o que fez era o que todos os empresários faziam. Assim, o autor conclui que praticamente todos os atores econômicos violam a lei.¹⁸⁶

Contudo, apesar de valer para grande parte dos crimes econômicos, no caso específico da lavagem de dinheiro, essa ideia não poderia ser aplicada. Afinal, envolve uma grande organização para ocultar a origem ilícita de certos bens, não podendo ser vista como uma prática corriqueira no meio empresarial. De qualquer forma, isso não significa que não possa haver ligação com os demais atos criminosos praticados no âmbito das grandes empresas.

Outra característica dos crimes de colarinho branco é a de que o empresário que pratica crimes econômicos não costuma ter seu status afetado entre seus parceiros comerciais. Alguns atores do mercado até podem evita-lo, mas outros acabam o admirando. Existiria um “princípio geral de que a violação ao código legal não é necessariamente uma violação ao código dos negócios. O prestígio é perdido quando violado o código do mundo dos negócios, mas não quando violado o código legal, exceto quando coincide com aquele”.¹⁸⁷

Outro ponto trazido por Sutherland é o de que costuma haver um desprezo por parte dos empresários em relação à lei, ao governo e aos seus funcionários. Essa seria uma característica em comum com os ladrões profissionais, que sentem desprezo pela lei, pela polícia e justiça. Ambos têm um crescimento de seu desprezo pela lei com o fato de que ela visa impedir o seu comportamento.¹⁸⁸

Os crimes de colarinho branco são, além de deliberados, organizados. Essa organização pode ser formal ou informal. A organização formal normalmente se manifestaria nos casos de restrição de comércio. Nela, ocorre

¹⁸⁵ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 334.

¹⁸⁶ Idem, p. 334.

¹⁸⁷ Idem, p. 336.

¹⁸⁸ Idem, ibidem.

a reunião de representantes das empresas em relação a planos sobre as relações de trabalho, além de controle da legislação, com a seleção de administradores e restrição dos investimentos que visem à execução de leis que podem atrapalhar seus negócios. Já a organização informal no contexto dos crimes de colarinho branco se manifesta com o consenso entre os homens de negócio.¹⁸⁹

Vistas algumas semelhanças entre os crimes de colarinho branco e aqueles praticados pelos ‘ladrões profissionais’, a principal diferença entre eles estaria nas concepções que os autores têm de si mesmos e da opinião pública em relação a eles. O ladrão profissional, além de se ver como um criminoso, também é assim considerado pela opinião pública. Até mesmo porque ele não teria nenhuma intenção de possuir uma reputação pública favorável. Já o homem de negócios se vê como um cidadão respeitável, sendo normalmente visto dessa forma pela sociedade.¹⁹⁰

Aqueles que praticam crimes de colarinho branco não se identificam com o estereótipo do criminoso, se enxergando somente como ‘infratores da lei’. Os atores do mercado que já assimilaram a racionalização e a cultura dos negócios não costumam se envergonhar das suas infrações à lei. Nesse sentido, a opinião pública não coloca aqueles que praticam crimes de colarinho branco como criminosos. Eles podem ser avaliados como desonestos e não diminuirão seu status social.¹⁹¹

Nesse contexto, visando manter tanto sua autoimagem como a sua imagem pública como não criminosa, a impressão de respeito à lei deve ser repassada. Assim, as empresas têm como política mostrar uma imagem de adesão pública à lei, apesar de praticarem atos ilícitos secretamente. Aqui haveria uma grande diferença com o ladrão profissional, que pretende esconder a sua identidade para evitar a sua punição, mas não para preservar seu status social.¹⁹²

Em relação à questão do porquê essas pessoas praticam esses crimes, Sutherland traz como resposta a já mencionada teoria da associação

¹⁸⁹ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 336-337.

¹⁹⁰ Idem, p. 338.

¹⁹¹ Idem, ibidem.

¹⁹² Idem, p. 341.

diferencial. A gênese dos crimes de colarinho branco seria, portanto, a mesma dos demais comportamentos criminosos. Assim, o comportamento criminoso seria aprendido com a associação com indivíduos que “definem de forma favorável tal comportamento criminoso e em isolamento daqueles que o definem de forma desfavorável”. Segundo o autor, essa não seria uma explicação completa ou universal dos crimes de colarinho branco ou de outros tipos de delitos, mas poderia ser mais compatível com as características de ambos os tipos do que outra teoria geral.¹⁹³

Esse estudo realizado por Sutherland há mais de cinquenta anos foi extremamente relevante no sentido de destinar atenção por parte da criminologia para essa espécie de criminalidade diferente dos crimes comuns, que poderiam ser explicados pela falta de acesso a recursos financeiros. Contudo, não significa que está imune a críticas.

Ao invés do termo ‘crimes de colarinho branco’, João Carlos Castellar prefere a expressão ‘criminalidade dos poderosos’. Segundo ele, seria uma categoria criminológica mais ampla, abrangendo um maior número de condutas praticadas no exercício de atividades econômicas. Nela entrariam, além de das práticas ilícitas no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, aqueles ocorridos na esfera da administração pública.¹⁹⁴

A concepção tradicional sobre crimes de colarinho branco recebe críticas por considerar somente os comportamentos dos poderosos no exercício de suas profissões. Existe uma tendência de estenderem as características dessa forma de criminalidade para os chamados *blue-collar criminals* (‘criminosos de colarinho azul’), abarcando não somente os poderosos, mas também a classe média.¹⁹⁵ Essa expressão se refere ao fato de que, historicamente, os trabalhadores de uma categoria inferior na hierarquia das empresas usavam colarinhos azuis, enquanto os trabalhadores de uma classe social mais privilegiada utilizavam colarinhos brancos.¹⁹⁶

¹⁹³ SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 351.

¹⁹⁴ CASTELLAR, João Carlos. Obra citada, p. 204.

¹⁹⁵ SANTOS, Cláudia Maria Cruz. *O crime de colarinho branco*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001, p. 67-68.

¹⁹⁶ LEMOS, Clécio. Apresentação. In: SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 13.

Hermann Mannheim afirma que, se houvesse um prêmio Nobel para criminólogos, o trabalho de Sutherland sobre crimes de colarinho branco teria feito com que ele fosse um dos candidatos mais credenciados. Apesar de reconhecer a importância do trabalho de Sutherland, Mannheim não deixa de apontar algumas críticas à sua teoria.¹⁹⁷

A teoria do crime de colarinho branco traz alguns elementos: “a) é um crime; b) cometido por pessoas respeitáveis; c) com elevado status social; d) no exercício da sua profissão (5). Para além disso, constitui, normalmente, uma violação da confiança”.¹⁹⁸

Em especial no que diz respeito aos segundo e terceiro elementos Mannheim aponta alguns problemas. Afirma que as definições de ‘respeitabilidade’ e ‘elevado status social’ seriam vagas e imprecisas. Além disso, Sutherland fez seu estudo somente com base em crimes praticados por sociedade (*corporations*), já que o fez analisando setenta das maiores empresas estadunidenses da época. Contudo, incluiu em sua classificação crimes praticados por indivíduos isoladamente.¹⁹⁹

Segundo Mannheim, a expressão ‘crimes de colarinho branco’ pode ser utilizada em seu sentido que possui na linguagem corrente, mais amplo, abrangendo também a classe média, ou restringindo-a aos delitos das classes de ‘elevado status’, sendo que ele afirma preferir a segunda opção. Em relação ao conceito de ‘elevado status social’ de Sutherland, Mannheim afirma que ele seria muito vago para ter alguma utilidade na complexidade da sociedade moderna. E não seria preciso, até mesmo porque nem todo gerente ou administrador de uma sociedade é necessariamente um indivíduo de ‘elevado status social’.²⁰⁰

Apesar disso, Mannheim reconhece a importância da teoria de Sutherland no sentido de dar atenção para atos criminosos que normalmente eram esquecidos, representando uma “revolução copernicana na criminologia”.

¹⁹⁷ MANNHEIM, Hermann. *Criminologia comparada*. 2 Vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 722.

¹⁹⁸ Idem, p. 722-724.

¹⁹⁹ Idem, p. 724-726.

²⁰⁰ Idem, p. 728.

Teria sido, portanto, “o antídoto perfeito contra a preocupação unilateral da criminologia tradicional com o crime e a delinquência das classes inferiores”.²⁰¹

Tendo sido analisados esses pontos, a questão que se coloca é saber se a lavagem de dinheiro seria classificada como um crime de colarinho branco dentro da concepção desenvolvida por Sutherland. Observando-se o que já foi tratado, pode-se perceber que o crime de lavagem de dinheiro está inserido no âmbito da criminalidade econômica, distanciando-se em grande parte das características clássicas do direito penal tradicional.

Em relação ao conceito utilizado na linguagem cotidiana, os crimes de colarinho branco abarcam a lavagem de dinheiro. Em geral, quando tratam do assunto na mídia ou mesmo no dia a dia, crimes econômicos e crimes de colarinho branco acabam sendo utilizados como sinônimos.

Contudo, a classificação elaborada por Sutherland traz um âmbito mais restrito para definir o que estaria inserido dentro da criminalidade de colarinho branco. Ele a definiu como as “violações da lei praticadas por pessoas da classe socioeconômica mais alta”.²⁰² Ainda, seria aquele crime praticado por um indivíduo de alto *status* social e grande respeitabilidade no curso de sua atividade profissional.

Com isso, pode-se perceber que a lavagem de dinheiro pode ou não ser classificada como uma forma de crime de colarinho branco como previsto por Sutherland. O que vai definir se será ou não, é o contexto em que ela foi realizada e o autor do delito, normalmente estando relacionado com o crime antecedente cujos bens de origem ilícita serão ocultados para posterior inserção na economia regular.

Isso significa que a lavagem de dinheiro realizada por traficantes de droga que não possuem alto *status* social, por exemplo, não entrariam na classificação de Sutherland. Contudo, os empresários e políticos investigados e processados na Lava Jato, que supostamente teriam praticado lavagem de dinheiro, poderiam ser considerados criminosos de colarinho branco dentro daquela classificação. Isso porque pertencem a uma classe socioeconômica

²⁰¹ MANNHEIM, Hermann. Obra citada, p. 726.

²⁰² SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 33-34.

mais alta, possuem elevado status social e alta respeitabilidade no âmbito de sua atividade profissional.

Dentro da teoria desenvolvida por Sutherland, portanto, a lavagem de dinheiro pode ou não ser considerada uma prática de colarinho branco. Por outro lado, se for adotada uma versão mais abrangente da teoria, como proposto por João Carlos Castellar, o crime de lavagem de dinheiro poderia ser mais facilmente identificado como parte da criminalidade de colarinho branco.²⁰³

²⁰³ CASTELLAR, João Carlos. Obra citada, p. 204.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os crimes econômicos ganharam significativa atenção nos últimos anos, muito por conta de processos penais que envolvem essa forma de criminalidade, que são constantemente objeto de reportagens e matérias veiculadas na mídia nacional.

O direito penal econômico possui algumas características que o distanciam em parte do chamado direito penal tradicional. Entre elas, por exemplo, está o seu bem jurídico tutelado, que corresponde a bens jurídicos supraindividuais e de difícil materialização, diferentemente dos clássicos bens jurídicos protegidos pelo direito penal, como a vida, a liberdade e a propriedade.

No caso da lavagem de dinheiro, apesar da grande divergência doutrinária sobre o tema, é possível defender que o bem jurídico tutelado pela sua criminalização seja a ordem econômica. Isso porque, em um Estado social e democrático de direito, como previsto pela dirigente Constituição da República de 1988, compromissos estatais relativos à saúde, educação e moradia, por exemplo, exigem que a ordem econômica não esteja prejudicada. E justamente, a lavagem de dinheiro provoca efeitos negativos à livre concorrência, afetando a ordem econômica.

A lavagem de dinheiro é, inclusive, um dos crimes econômicos mais comentados atualmente. Além de estar presente em grande parte dos processos que vem ganhando destaque, costuma movimentar expressivas quantias de dinheiro, muitas vezes ultrapassando fronteiras nacionais, além de envolver uma complexidade de atos para sua realização. A lavagem de dinheiro exige uma organização por parte de seu autor muito superior do que a maioria crimes.

Como o restante da criminalidade econômica, a lavagem de dinheiro não é costumeiramente analisada sob um ponto de vista criminológico, que é essencial para um estudo mais aprofundado e crítico do sistema penal. A partir dele, é possível melhor observar aspectos como quem são seus autores e como se dá o processo de criminalização de suas condutas.

Por isso, o que se propôs aqui foi trazer um olhar a partir da análise criminológica, em especial a teoria dos crimes de colarinho branco

desenvolvida por Edwin Sutherland. A sua escolha se deu porque ela foi um dos primeiros estudos que focou em uma forma de criminalidade que não poderia ser justificada pelas desigualdades sociais e falta de acesso a recursos financeiros e bens de consumo. Pelo contrário, seus autores são pessoas pertencentes a uma classe socioeconômica elevada, com alto status social.

A teoria de Sutherland continua atual em diversos aspectos e tem seu maior mérito em ter sido pioneira no assunto. Contudo, traz alguns problemas. Um deles seria o foco no status social do autor e na sua alta respeitabilidade. São conceitos um tanto quanto imprecisos que acabam dificultando a sua aplicação prática. Talvez uma melhor opção fosse a ampliação do conceito de crime de colarinho branco, para que pudesse abarcar um maior número de condutas relativas a ilícitos penais econômicos praticados atualmente, envolvendo a ideia de criminalidade dos poderosos.

Como os crimes econômicos se tornaram assunto recorrente, cotidianamente e mesmo na mídia os crimes de colarinho branco estão sendo muitas vezes utilizados como sinônimos para os crimes econômicos. O que, pela teoria de Sutherland, seria equivocado, já que os crimes de colarinho branco seriam mais restritos do que os delitos que compõem atualmente o direito penal econômico.

No caso da lavagem de dinheiro, o que se pode perceber é que ela pode ou não ser classificada como uma forma de crime de colarinho branco como previsto nos estudos de Sutherland. Aquilo que definirá se é ou não, é o contexto em que ela foi realizada e o autor do delito, contexto este normalmente relacionado com o crime antecedente cujos bens de origem ilícita serão ocultados para posterior inserção na economia regular.

Pegue-se o caso daqueles que praticam tráfico de drogas dentro das favelas, os quais não possuem alto status social, e abrem negócios para dar aparência de licitude para o dinheiro de origem ilícita, por exemplo. Eles não entrariam na classificação de Sutherland. Contudo, os empresários e políticos investigados e processados na Lava Jato, que supostamente teriam praticado lavagem de dinheiro, poderiam ser considerados criminosos de colarinho branco dentro daquela classificação. Isso porque pertencem a uma classe socioeconômica mais alta, possuem elevado status social e alta respeitabilidade no âmbito de sua atividade profissional.

Por isso, pode-se defender que, no contexto da teoria desenvolvida por Sutherland, a lavagem de dinheiro pode ou não ser considerada um crime de colarinho branco. Tendo a realidade atual em vista, seria melhor adotar uma versão mais abrangente da teoria, referindo-se a uma criminalidade praticada por poderosos. Afinal, o conceito de poder é mais abrangente do que o de alto status e respeitabilidade. O criminoso pode possuir grande poder dentro de seu contexto social sem vestir um colarinho branco. Dessa forma, o crime de lavagem de dinheiro poderia ser mais facilmente identificado como parte dessa forma de criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ARAS, Vladimir. *A investigação criminal na nova lei de lavagem de dinheiro*. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4671-A-investigao-criminal-na-nova-lei-de-lavagem-de-dinheiro>. Acesso em: 31 de jul. de 2016.

ARAUJO JUNIOR, João Marcello de. O Direito Penal Econômico. In: *Revista brasileira de ciências criminais*. Ano 7, nº 25. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 1999.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais*. 2 ed. São Paulo: RT, 2013.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BIJOS, Leila; ALMEIDA, Marcio José de Magalhães. A globalização e a “lavagem” de dinheiro: medidas internacionais de combate ao delito e reflexos no Brasil. In: *Revista CEJ*, Ano XIX, n. 65. Brasília, 2015.

BONNEAU, Thierry. *La banque face au blanchiment des capitaux: propôs introductifs*. In: *Revista de Direito Bancário*. Nº 40, 2008.

BUSATO, Paulo César; GUARAGNI, Fábio André. *Responsabilidade penal da pessoa jurídica: fundamentos criminológicos, superação de obstáculos dogmáticos e requisitos legais do interesse e benefício do ente coletivo para a responsabilização criminal*. Curitiba: Juruá, 2012.

CASTELLAR, João Carlos. *Direito penal econômico versus direito penal convencional: a engenhosa arte de criminalizar os ricos para punir os pobres*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DAVID, Décio Franco. *Fundamentação principiológica do Direito Penal Econômico: um debate sobre a autonomia científica da tutela penal na seara econômica*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho. 2014.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Temas básicos da doutrina penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

DISSENHA, Rui Carlo. Bem jurídico penal supraindividual e a obrigatoriedade de repressão. In: *Revista Jurídica*. V. 1, n. 30, 2013.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito Penal econômico e Direito Penal dos negócios. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HASSEMER, WINFRIED. *Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal*. Valência: Tirant lo Blanch, 1999.

LAUFER, Christian. *Da lavagem de dinheiro como crime de perigo: o bem jurídico tutelado e seus reflexos na legislação penal brasileira*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2012.

LEMOs JÚNIOR, Arthur Pinto de. Uma reflexão sobre as dificuldades da investigação criminal do crime de lavagem de dinheiro. In: *Revista dos Tribunais*. Ano 96, vol. 864, 2007.

MAIA, Rodolfo Tigre. *Lavagem de dinheiro (lavagem de ativos provenientes de crime): Anotações às disposições criminais da Lei n. 9.613/98*. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

MANNHEIM, Hermann. *Criminologia comparada*. 2 Vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

MESTIERI, João. Direito Penal Econômico. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

MONREAL, Eduardo Novoa. Reflexões para a determinação e delimitação do delito econômico. In: *Revista de Direito Penal e Criminologia*. Nº 33. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

MORO, Sérgio Fernando. *Crime de lavagem de dinheiro*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRADO, Luiz Regis. *Bem jurídico-penal e constituição*. 3ª ed. São Paulo: RT, 2003.

_____. *Direito Penal Econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2014.

PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. *Curso de direito penal brasileiro*. 14 ed. São Paulo: RT, 2015.

RIOS, Rodrigo Sánchez Rios. Reflexões sobre o delito econômico e a sua delimitação. In: *Revista dos Tribunais*. Ano 89, v. 775. São Paulo: RT, 2000.

RIOS, Rodrigo Sánchez; LAUFER, Daniel. Apontamentos a respeito do concurso de crimes e do conflito aparente de normas: a regra do antefato e do pós-fato coapenado no âmbito dos delitos econômicos. In: Alberto Silva Franco; Rafael Lira. (Org.). *Direito Penal Econômico: questões atuais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ROCHA Jr. Francisco do Rêgo Monteiro. Criminalização dos delitos econômicos: um direito penal igual para todos? In: BONATO, Gilson (org). *Processo Penal, Constituição e Crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RUGGIERO, Vincenzo. *Crimes e mercados: ensaios em antecriminologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SÁ, Priscilla Placha. *Responsabilidade pelo produto*. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2005.

SANTIAGO, Rodrigo. O “branqueamento” de capitais e outros produtos do crime. In: *Direito Penal Econômico e Europeu: textos doutrinários*. Vol 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

SANTOS, Cláudia Maria Cruz. *O crime de colarinho branco*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

SANTOS, Filipe André Borcat Luiz dos Santos; VIANA, Thiago da Silva. O bem jurídico tutelado pelo crime de lavagem de capitais. In: *Jus Societas*. Nº 11, 2014.

SHECARIA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2012.

SOUZA NETTO, José Laurindo de. *Lavagem de dinheiro: Comentários à Lei 9.613/98*. Curitiba: Juruá, 2012.

SUTHERLAND, Edwin H. *Crime de colarinho branco: versão sem cortes*. Tradução Clécio Lemos. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

_____. *Differential Association*. In: JACOBY, Joseph E. *Classics of Criminology*. 3ª ed. Long Grove, IL: Waveland Press, 2004.

_____. *White-Collar Criminality*. In: JACOBY, Joseph E. *Classics of Criminology*. 3ª ed. Long Grove, IL: Waveland Press, 2004.

TIEDEMANN, Klaus. *Poder económico y delito*. Barcelona: Ariel, 1985.

VASCONCELOS, Maria Teresa. O bem jurídico tutelado no âmbito da criminalidade econômica e no crime de lavagem de dinheiro. In: *Anais da XVIII Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR*. Vol. 1, n. 7, 2016. No prelo.

ZAFFARONI, E. Raúl; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.